RICO AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO/PR torna público o EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DA SAUDE, INCLUINDO A MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA, CONFORME SOLICITACAO DA SECRETARIA DE SAÚDE. Recebimento das propostas: até as 08:00 do dia 10/06/2025; Inicio da disputa: 08:30 do dia 10/06/2025; Inicio Resebimento das propostas: até as 08:00 do dia 10/06/2025; Inicio de disputa: Aberto, Local da disputa: plataforma BLL - www.bll.org.br; Contato: licitacao@portorico.pr; gov.br ou 44-3900-3616. Integra do Edital: https://portorico.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Porto Rico/PR, 23/05/2025.



EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 0149/2021- ID 1758

CONTRATANTE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR. CNPJ/MF N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: LIDIANE APARECIDA ORDENEZ 03609793945 CNPJ/MF N.º 27.581.852/0001-76

OBJETO DO ADITAMENTO:

Fica alterada a cláusula quarta do contrato primitivo, reequilibrando o valor em 5,93%, de acordo com o previsto no art. 65, § 1°, da lei 8666/1993, passando o valor mensal de R\$ 1.623,75(um mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos), para R\$ 1.720,03(um mil setecentos e vinte reais e três centavos).

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existent

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se aos AUTOS DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 036/2021.

Mirador, 23 de maio de 2025.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN Prefeito Municipal



EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 038/2025 - ID 2511/2025

CONTRATANTE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR

CONTRATADO: GIOVANNI ALVES BORGES E SILVA 87059142134 CNPJ/MF: 29.735.562/0001-65

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR "CAPACITAÇÃO PRESENCIAL PARA CONSELHEIROS TUTELARES SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - SIPIA", NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO PARANÁ.

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
41669	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR "CAPACITAÇÃO PRESENCIAL PARA CONSELHEIROS TUTELARES SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADDLESCÂNCIA-SIPIA", NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO	un	1,0000	R\$ 2.460,0000	R\$ 2.460,00

VALOR CONTRATUAL: R\$ 2.460,00(dois mil quatrocentos e sessenta reais)

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 024/2025, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Mirador-Pr, 23 de Maio de 2025.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN Prefeito Municipio



Prefeitura Municipal de Mirador - PR Avenida Guaira, nº 153 - Centro CEP 87840-000 CNPJ - 75.475,442/0001-93 Telefone: (44) 3112-4360

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

ILIZADA PARA MINISTRAR "CAPACITAÇÃO PRESENCIAL PARA CONSELHEIROS TUTELARES A A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - SIPIA", NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO PAR

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor	
GIOVANNI ALVES BORGES E SILVA 87059142134	29.735.562/0001-65	R\$ 2.460,00	
	Total:	R\$ 2.460.00	

GIOVANNI ALVES BORGES E SILVA 87059142134	29.735.562/0001-65	R\$ 2.460,00	
	Total:	R\$ 2.460,00	
GIOVANNI ALVES BORGES E SILVA 87059142134 - Exclusivo MPE			

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
41669	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CORPOTAÇÃO PRESENCIAL PARA CONSELHEIROS TUTELARES SOBRE O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÁNCIA E ADOLESCÊNCIA. SIPIA', NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO PARANÁ.	un	1,0000	R\$ 2.460,0000	R\$ 2.460,00
				Vale	or Total: R\$ 2.460,00

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN CPF: 052.989.279-04 PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ
Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01
Fone/Fax 0xx44 445-1241 - CNPJ 76.238.435/0001-30
E-mail psicalua@uol.com.br.

CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) Nº 001/2025

CLÁSULA PRIMEIRA - OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, EXCLUSIVAMENTE DE EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CARÁTER COMPLEMENTAR E/OU SUPLEMENTAR. OS SERVIÇOS A SERRE PRESTADOS INCLUEM AS ÁREAS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA E RECEPCIONISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme específicões constantes po edital

A Prefeitura Municipal de São João do Caiuá - Estado do Paraná, com sede à Rua Dom Pedro II, 800 – Centro, torna público para conhecimento dos interessados **ERRATA** ao CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) Nº 001/2025, conforme segue:

Auxiliar de Serviços Gerais
 b) Requisitos Mínimos para Empresas e Profissionais

Empresa: CNPJ ativo, regularidade fiscal, comprovação de experiência por atestados técnicos em serviços similares, registro em órgãos competentes.

Profissionais: Alfabetização comprovada, experiência mínima documentada, cumprimento das NRs de segurança e saúde (NR 5, NR 6-EPIs, NR 17-Ergonomia), treinamento prévio conforme exigências do órgão.

b) Requisitos Mínimos para Empresas e Profissionais Empresa: Documentação regulatória, atestados de capacidade técnica. Profissionais: Ensino fundamental, CNH categoria adequada (D), experiência mínima comprovada, ficha limpa perante o DETRAN, treinamentos em direção defensiva e legislação de trânsito. - Idade mínima de 21 anos;

Atestado capacidade Técnica

- exame médico periódico; - exame toxicológico em plena validade; - Curso de Transporte Coletivo de Passageiros: Exigido pelo CONTRAN (Resolução nº

D) Requisitos Minimos para Empresas e Profissionais

Empresa: Documentação, atestados de capacidade técnica em atendimento, treinamentos e reciclagem dos profissionais.

Profissionais: Ensino médio completo, boa comunicação (oral e escrita), postura adequada, domínio básico de informática e experiência prévia comprovada

Auxiliar de Servicos Gerais

D) Requisitos Mínimos para Empresas e Profissionais
Empresa inscrita no (MEI): CNPJ ativo, regularidade Juridica, fiscal e Trabalhista.
Profissionais: Alfabetização mínima comprovada.

b) Requisitos Mínimos para Empresas e Profissionais

Empresa inscrita no (MEI): CNP) ativo, regularidade Jurídica, fiscal e Trabalhista. Profissionais: Alfabetização Mínima comprovada, CNH categoria adequada (B, D ou E conforme a necessidade), ficha limpa perante o DETRAN, treinamentos em direção defensiva e legislação de trânsito.

Parágrafo Segundo

b) Requisitos Mínimos para Empresas e Profissionais
Empresa inscrita no (MEI): CNPJ ativo, regularidade Juridica, fiscal e Trabalhista.
Profissionais: Ensino médio completo, boa comunicação (oral e escrita), postura adequada, domínio básico de informática.

Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) MARCO ANTONIO DA SILVA, e ao fiscal substituto Sr. (a) MARIZETE DA SILVA CAMBIRIBA PEREIRA,

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanece inalterada e em pleno vigor as demais condições do CHAMAMENTO PÚBLICO (CREDENCIAMENTO) № 001/2025. São João do Caiuá, 23 de maio de 2025

STEFAN TOMÉ PAUKA PREFEITO MUNCIPAL



PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789

PORTARIA Nº. 0132/2025

SÚMULA: "Concede Férias aos Servidores Municipais em conformidade com a Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023".

- Eu. FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN. Prefeito do Município de Mirador, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei e em especial a Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mirador. Estado do Paraná e dá outras providências

RESOLVE

Art. 1º. - Conceder 30 (trinta) dias de Férias regulamentares aos Servidores Municipais, conforme art. 60 da **Lei Municipal nº. 0621/2023**, de 17 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mirador, Estado do Paraná, conforme discriminação:

Matrícula	Nome	Período aquisitivo	Período de Gozo
93	PEDRO LUIZ RIBEIRO	07/05/2022 - 06/05/2023	10/05/2025 A 08/06/2025

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revogando as disposições em

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2025

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN Prefeito Municipal



PORTARIA Nº. 0133/2025

SÚMULA: "Concede Férias aos Servidores M em conformidade com a Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023".

- Eu, FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN, Prefeito do Município de Mirador, Estado do Paraná, no uso das municipio de minador, Estado de l'alanta, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei e em especial a Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mirador Estado do Paraná e dá outras providências

RESOLVE

Art. 1º. - Conceder Férias regulamentares aos Servidores Municipais, conforme art. 60 da Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mirador, Estado do Paraná, conforme discriminação:

Matrícula	Nome	Período aquisitivo	Período de Gozo
351	JOSSIMAR MARINHO LEITE	08/07/2023 - 07/07/2024	02/06/2025 - 01/07/2025
266	CASSIO FERREIRA DO NASCIMENTO	16/05/2023 - 15/05/2024	02/06/2025 - 01/07/2025
249	JEAN CARLOS DA SILVA SOUZA	02/08/2022 - 01/08/202	19/05/2025 - 23/05/2025

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revogando as disposições em

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito, 20 de maio de 2025.

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN



PORTARIA Nº. 0134/2025

SÚMULA: "Concede Férias aos Servidores Municipais. em conformidade com a Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023".

- Eu, FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN, Prefeito do Município de Mirador, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei e em especial a Lei Municipal nº. 0621/2023, de 17 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mirador, Estado do Paraná e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1º. - Conceder 20 (vinte) dias de Férias regulamentares aos Servidores Municipais, e 1/3 (um terc uniário, conforme . 60 da **Lei M**ı 0621/2023, de 17 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mirador, Estado do Paraná, conforme discrimin

Matrícula	Nome	Período aquisitivo	Período de Gozo
267	RODOLFO RODRIGUES TENORIO DA SILVA	20/06/2023 - 19/06/2024	09/06/2025 - 28/06/2025

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e revogando as disposições em

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE; Gabinete do Prefeito, 20 de maio de 2025.



MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE Compras e Contrato:

Termo Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico 37/2025 Processo Administrativo 73/2025

O Sr. Walisson Fernando Marinelo tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 1875/2024.

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto Registro de preços para fornecimento de botijão e cilindro de gás GLP (gás de cozinha) utilizado no preparo da merenda escolar da rede municipal de ensino., Pregão Eletrônico nº. 37/2025, o participante:

71 - B. C. DOS SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Botijão De Gás - 13 Kilos	Unidade	Nacional Gas	50	R\$ 74,00	R\$ 3.700,00
2	Glp - Cilindro De Gás 45 Kilos.	Unidade	Nacional Gas	188	R\$ 295,00	R\$ 55.460,00
3	Glp - Cilindro De Gás 45 Kilos.	Unidade	Nacional Gas	62	R\$ 295,00	R\$ 18.290,00
				Tota	d do Fornecedor:	R\$ 77.450,00

Paraíso do Norte, 23 de maio de 2025.

Walisson Fernando Marinelo Prefeito Municipal em Exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná
CNPJ № 76.279.967/0001-16
Rua José de Anchieta,1641-Fone/Fax:(44/447.1122-Cx. Postal 61-CEP:87750-000-Alto Paraná-PR
E-mail: pmaltopr@altoparana.pr.gov.br - http://www.altoparana.pr.gov.br

Portaria nº 467/2025

Claudemir Jóia Pereira, Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 3.116/2019, artigos 37, 38, 39 e 40;

Art. 1º Conceder a partir do dia 16/05/2025 a servidora pública municipal abaixo relacionada, progressão vertical por formação e/ou aperfeiçoamento em seu respectivo cargo e para o nível superior de vencimento do seu último enquadramento, em conformidade com a Lei Municipal n° 3.116/2019, artigos 37, 38, 39 e 40, como segue: Matrícula Servidor Data de Cargo Nível Anterior de Nível Atual de

Manicula	Scividoi	Data de	Cargo	NIVEL AIRCHOL GE	Nivel Atual de
		Admissão	-	Enquadramento Port. nº	Enquadramento
				205/2025	maio/2025
9857/1	Maria Rita de	01/08/2012	Auxiliar de	GOA II 12	GOA I2 12
	Souza		Biblioteca 40 h/s		
				•	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo à data de

Alto Paraná-PR 22 de maio de 2025.

Claudemir Jóia Pereira Prefeito 18° Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0024/2025.

Processo Administrativo 60.2025. Aquisição de 1 (um) notebook e 1 (uma) impressora. destinados ao Setor de Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, visando suprir as necessidades operacionais do setor. SESSÃO PÚBLICA: DIA 29/05/2025 – Das 08h até 14h00min. Local da sessão: Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Itaúna do Sul-PR, 23 de maio de 2025. GILSON JOSE DE GOIS. Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025-PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registor de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de Fraldas Geriátricas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Municipio de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência. ABERTURA: às 09:00 do da 12 de junho de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 69:930.00 (sessenta e nove mil, novecentos e trinta reais). INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacaç loanda@hotmali.com, pelo site do Municipio www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400. José Maria Pereira Fernandes Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2025-PML PROCESSO Nº. 66/2025-PML REGISTRO DE PREÇOS OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de Uniformes Escolares para os alunos da Rede Municipal de

Ensino, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no **ANEXO I - Termo de referência. ABERTURA**: às 09:00 do dia 17 de junho de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente,

na hipótese de não haver expeciente nesia data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 1.080.477,71(um milhão e oitenta mil, quatrocentos e setenta e INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.loanda.pr.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400. Loanda PR, 23 de mailo de 2025.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 39/2025-PML PROCESSO Nº. 68/2025-PML REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de conjunto de luminárias e prestação de serviços de revisão e correção na iluminação pública com instalação em praças, escavação, tubulação e concretagem, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: às 09:00 do dia 18 de junho de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 2.128.897,96 (dois milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos).

noventa e sete reais e noventa e seis centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao loanda@hotmail.com, pelo site do Municipio www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 23 de maio de 2025.

José Maria Pereira Fernandes Prefeito Municipal

José Maria Pereira Fernandes Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025-PML PROCESSO Nº. 70/2025-PML REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de emrpesa especializada para eventual aquisição de extintores novos carregados com validade de 01 (um) ano, recargas para extintores, placas de sinalização, blocos autônomos, luminárias, suportes para extintores demarcação de solo para extintores de incêndio, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricutura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social. Esportes Lazer e Turismo, Habitação, Meio Ambiente, do Municipio de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO 1 - Termo de referência.

ABERTURA: às 90:00 do dia 24 de junho de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

ADLINIONA. AS 950-00 do la 24 de junio de 2025, do na mesma nota do primeiro dia dui subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 108.568,51 (cento e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 23 de maio de 2025.

José Maria Pereira Fernandes Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO PARANÁ/PR - CMDCA

Rua Platão, 1858 — CEP 87750-000 — <u>co</u> Resolução nº.02/2025

SÚMULA: Complementar resoluções e aprovar prestação de contas Recursos FIA.

- (44)3447-1756

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal $\rm n^o$ 1.499/2000, de 11/01/2000, e considerando a plenária realizada na data de 14/12/2023, 27/02/2025 e 22/05/2025. RESOLVE:

Art. 1º - Complementar informações da Resolução nº01/2025 que aprova sem ressalvas a prestação de contas do Recurso FIA - **Incentivo CMDCA - Del nº84/2019** - período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL; Valor repassado R\$9.600,00; Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$ 9.606,80, acrescido dos juros até a data da devolução. cões da Resolução 01/2025 due and

prestação de contas do Recurso FIA - Programa Crescer em Família - Acolhimento

R\$50.000.00: Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$ 19.959.12, acrescido dos

Institucional e Familiar – Del n°55/2016 – período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado R\$75.000,00; Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$ 4.653.70, acrescido dos juros até a data da devolução. Art. 3º - Complementar informações da Resolução nº01/2025 que aprova sem ressalvas a prestação de contas do Recurso FIA - Programa Crescer em Família - Acolhimento Familiar - Del nº31/2017 – período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado

juros até a data da devolução. Art. 4º - Complementar informações da Resolução nº01/2025 que aprova sem ressalvas a prestação de contas do Recurso FIA – **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos - Del nº62/2016** - período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado R\$46.977,50; Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$2.310,71, acrescido dos juros até a data da devolução.

prestação de contas do Recurso FIA - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Del nº38/2021- período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado R\$20.000,00; Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$25.687,94, acrescido dos juros até a data da devolução.

Art. 6º - Complementar informações da Resolução nº01/2025 que aprova sem ressalvas a

. Art. 5º - Complementar informações da Resolução nº01/2025 que aprova sem ressalvas a

prestação de contas do Recurso FIA – Incentivo Atenção a Criança e ao adolescente – Del nº89/2019 – período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado R\$30.000,00; Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$30.943.96, acrescido dos juros até a data da devolução. Art. 7º - Complementar informações da Resolução nº10/2023 que aprova sem ressalvas a contas do Recurso FIA - Fortalecimento das ações voltadas à Primeira

Infância - Del nº96/2018 - período: 1º semestre 2023, PRESTAÇÃO FINAL, Valor repassado R\$80.000,00. Saldo em 31/12/2024 a ser devolvido R\$521,71, acrescido dos juros até a data da devolução. Art. 8º - Complementar informações da Resolução nº10/2023 que aprova sem re prestação de contas do Recurso FIA - Fortalecimento Conselho Tutelar - Del 107/2017 periodo: 1º semestre 2023. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado R\$70.000,00. Saldo em 31/12/2024 a ser devolvido R\$17.115,69, acrescido dos juros até a data da devolução.

Art. 9º Aprovar sem ressalvas a prestação de contas do Recurso FIA **– Incentivo Crianças e** Adolescentes que sofreram Impactos pelo COVID - Del nº43/2021 - período: 2ºsemestre 2023. PRESTAÇÃO PARCIAL. Valor repassado R\$10.000,00; Saldo final do período R\$4.855.02. Art. 10º Aprovar sem ressalvas a prestação de contas do Recurso FIA - Incentivo Crianças

Art. 11º Aprovar sem ressalvas a prestação de contas do Recurso FIA - Incentivo Criancas e Adolescentes que sofreram Impactos pelo COVID - Del nº43/2021 - período: 2º semestre 2024. PRESTAÇÃO FINAL. Valor repassado R\$10.000.00: Saldo final do período em 31/12/24 a ser devolvido R\$5.278,37, acrescido dos juros até a data da devolução.

e Adolescentes que sofreram Impactos pelo COVID - Del nº43/2021 - período: 1º

semestre 2024. PRESTAÇÃO PARCIAL. Valor repassado R\$10.000,00; Saldo final do

Alto Paraná, 23 de maio de 2025. Maria Rita de Souza Presidente do CMDCA

Art. 12º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ - CNP.I 76 972 082/0001-06 TERRITÓRIO DA CIDADANIA ENCONTRO DAS ÁGUAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2025 - ID 2843/2025.

VIA JAPAN LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.327.958/0001-91, com endereço na Rod. Assis Chateaubriand, SP 425, KM 454, 676 metros. Lado direito, Vila Santa Maria, Presidente Prudente/SP, representada por seu procurador **Sr. Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes**, portador do CPF 861.343.611-00, RG 912.305 SSP/MS.

CONTRATANTE: Município de Diamante do Norte, Estado do Paraná, Estado do Paraná, com sede

à Rua José Vicente, 257, centro, CEP 87.990-000, em Diamante do Norte-Pr., inscrito no CNPJ no

76.972.082/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ELIEL DOS SANTOS CORREA, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.653.656-4- SSP/PR., e do CPF/MF nº

OBJETO: Fornecimento de veículo automotor novo, tipo SUV médio.

VALOR TOTAL: R\$ 181.000,00 (Centro e oitenta e um mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano. DATA DA ASSINATURA: 21 de maio de 2025.

FORO: Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Diamante do Norte, 23 de maio de 2025.

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná (NP) e N° 6-79 967/000-16 Rua José de Anchieta, 1641 - Fone/Fas: (44)3447-1127 - Cx.Postal 61-CEP:87750-000 - Alto Paraná-PR E-mall: <u>mmiltopr@altoparana.pr.gov.br</u> - http://www.altoparana.pr.gov.br

LEI Nº 3.852/2025

3.873, de 03 de orubro de 2007. Acrescenta ao Art. 2º, os incisos X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII. Cria o parágrafo único ao Art. 14. Acrescenta os incisos XIII e XVIII. Cria o parágrafo único ao Art. 14. Acrescenta os incisos XIII e XIV ao Art. 16. Cria o \$4°, ao Art. 17. Cria o inciso VI com as alíneas "aº e "b", ao Art. 18. Cria o inciso VI com as alíneas "aº e "b", ao Art. 18. Cria o inciso VIII. ao Art. 18. Cria o art. 19-A com os incisos I, II, III. Cria o Art. 19-B. Cria o Art. 19-C. Cria o Art. 19-D com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, VII, X. Cria o Art. 19-E com o § 1° e § 2°. Altera os artigos 1°; 2°; 14; 15; 16; 17; 18; 19 da Lei Municipal nº 1.873, de 03 de outubro de 2007. Acrescenta ao Art. 2°, os incisos

A Câmara Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, aprovou e eu, prefeito, sanciono a seguinte lei

Art. 1º Altera o artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 1º Fica criado para atuar no âmbito do Município de Alto Paraná, e CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBEINTE CMMA, órgão consultivo e de assessoramento da administração pública municipal em questões increntes ao equilíbrio ceológico e implantação de ações rinadas á proteção, recuperação e co

Art. 1º Fica criado para atuar no âmbito do Município de Alto Paraná, o CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL - CMSBA, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo na formulação de política de saneamento básico e ambiental, no planejamento e na avaliação de sua execução, sendo assegurada a representação nos termos da Lei Federal nº 1.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2007. 2010, e suas alterações e com atribuições inerentes ao equilíbrio ecológico e implantação de ações destinadas a proteção, recuperação e conservação do meio ambiente e acompanhamento dos serviços prestados na área de saneamento básico e controle social.

Art. 2º Acrescenta ao artigo 2º, da lei da Lei Municipal nº 1.873/2007, os incisos X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, que passa a vigorar com a seguinte redação:

X - participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Saneamento, bem

X - participar ativamente da elaboração da Política Municipal de Saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação;
XI - participar, opinar e deliberar sobre a elaboração sobre a implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;
XII - participar na promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento de seus indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;
XIII - acompanhar o cumprimento das metas fixadas em contrato das empresas concessionárias dos serviços de água e esgoto;

XIV - promover estudos destinados a adequar os anseios da população à Política Municipal de Saneamento; XV - buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na

implementação de suas ações;

XVI - apresentar propostas ao Executivo e ao Legislativo, versando sobre a matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;

XVII - apreciar e opinar sobre os casos que lhes forem submetidos pelas partes interessadas; XVIII - elaborar, aprovar e reformar seu próprio Regimento Interno, dispondo sobre a ordem dos trabalhos e sobre a constituição, competência e

Art. 3º Altera o artigo 14, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Fica criado e instituído no âmbito do Município de Alto Parattá, o Fundo Municípial de Meio Ambiente — FUNDEMA, que será gerido e administrado na forma desta lei:

Art. 14. Fica instituido o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental -FMSBA, com personalidade jurídica, que procederá à execução orçamentária no âmbito de sua competência, nos termos do Art.13, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 4º Cria o parágrafo único ao artigo 14, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a

Parágrafo único O Fundo Municipal de que trata o caput deste artigo fica vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 5º Altera o artigo 15, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 15. O FUNDEMA tem por objetivo proporcionar recursos

empreender a proteção, recuperação âmbito do Município de Alto Paraná: Art. 15. O FMSBA tem por objetivo proporcionar recursos e meios para empreender a proteção, recuperação e conservação do meio ambiente no âmbito do Município de Alto Paraná.

Art. 6º Altera o artigo 16, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: uirão receitas do Fundo Municipal de Mo

Art. 16. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – "FMSBA":

Art. 7º Acrescenta ao artigo 16, da lei da Lei Municipal nº 1.873/2007, os incisos XIII e XIV, que passa

Art. 16.

XIII- de repasses mensais da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR de parcela do seu faturamento no Município de Alto Paraná/PR, em percentual aprovado e definido em instrumento contratual;

XIV- do valor das infrações ambientais apurados pela Secretaria Municipal de Maio Ambiente.

t. 8º Altera o § 1º, do artigo 16, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte

o FUNDEMA serão de § 1º Os recursos que compõem o FUNDEMA serão depositados em instituições financeiras especiais e em uma ou mais contas correntes especiais sob a denominação: Fundo Municipal de Meio Ambiente — "FUNDEMA".

§ 1º Os recursos que compõem o FMSBA serão depositados em instituições financeiras especiais e em uma ou mais contas correntes especiais sob a denominação: Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – "FMSBA".

Art. 9º Altera o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. O FUNDEMA-será gerido, administrado e movimentado sob oriento e-controle do Conselho Municipal de Meio Ambiente e sob rigo fiscalização do órigo do Ministério Público da Comarca, sem vínculo-a administração pública, ressalvadas a prestação de contas do societada do medicidad de medicidad de contras do societadas de contras de contra

Art. 17. O FMSBA será gerido, administrado e movimentado sob orientação controle do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, através de conta bancária própria e exclusiva aberta no CNPJ do FMSBA e sob rigorosa fiscalização do órgão do Ministério Público da Comarca, sem vínculo com a administração pública, ressalvadas a prestação de

Art. 10. Altera o § 1°, do artigo 17, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a segu

§ 1º-Da-diretoria do Conselho, o presidente e o tesoureiro farão a movimentação financeira dos recursos do FUNDEMA, sendo por ela solidariamente

§ 1º Da diretoria do Conselho, o presidente e o tesoureiro farão a movimentação financeira dos recursos do FMSBA, sendo por ela solidariamente responsáveis.

Art. 11. Altera o § 2°, do artigo 17, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte

§ 2º-A-proposta orçamentária do FUNDEMA, constará da Lei de Dire Orçamentárias e do Plano Plurianual.

\$ 2º A proposta orçamentária do FMSBA, constará da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual.

Art. 12. Altera o § 3°, do artigo 17, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte

de FUNDEMA, integratá o orçamento do conscipal, responsáveis pela política de positica de consciente.

§ 3º O orçamento do FMSBA, integrará o orçamento do órgão da administração pública municipal, responsáveis pela política de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, quando existente.

Art. 17.

§ 4º Os recursos provenientes dos repasses a que se refere o Inciso XII do Art.

16º desta Lei, destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e
Ambiental - FMSBA, ficam vinculados à efetiva aplicação e custeio de ações
destinadas à universalização e aprimoramento dos serviços públicos de
saneamento básico, em ações de proteção, recuperação e conservação ao
meio ambiente, dernagem urbana e residuos sólidos, em conformidade com o
Plano Municipal de Saneamento Básico ou o Plano Regional de Saneamento
Básico e Ambiental.

Art. 13. Cria o § 4º, ao artigo 17, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte

Básico e Ambiental. Art. 14. Altera o artigo 18, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 18. Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA s aplicados em:

FMSBA serão aplicados em: Art. 15. CRIA o inciso VI com as alíneas "a" e "b" ao artigo 18, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que

Art. 18. Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental -

Art. 18.
VI - Outras despesas de interesse ambiental do Município de Alto Paraná/PR, assim consideradas e destinadas a:

a) participação e promoção de eventos técnicos, científicos e educacionais, tais como seminários, simpósios, congressos, feiras, amostras e outros, que cumpram com os objetivos do FMSBA, bem como pagamento das diárias regidas pelo valor estabelecido na lei municipal vigente;

b) promoção e execução de programas de capacitação e treinamento de mão-de-obra, por meio de cursos, estágios ou outras formas, visando habilitar os recursos humanos para o desempenho de diversas funções para o desenvolvimento ambiental do Município.

Art. 16. Cria o inciso VII, ao artigo 18, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a

Art. 18.

VII - fonte ou garantia em operações de crédito, para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento

Art. 17. Altera o § 1º, do artigo 18, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: § 1º Priorita nte os recursos serão aplicados em projetos e ações d

pelo Conselho Municipal de Meio A § 1º Prioritariamente os recursos serão aplicados em projetos e ações definidas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Art. 18. Altera o 2°, do artigo 18, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte

Art. 18. § 2º o Conselho Municipal de Meio Ambiente, com apoio técnico do Municipal de Meio Ambiental do Parana, da Superintendência Parana, d

§ 2º o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, com apoio técnico do Ministério Público, do Instituto Ambiental do Paraná, da Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, da Concessionária de Serviços Públicos de Saneamento Básico, em sendo o caso de

Art. 19. Altera o artigo 19, da Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 19. As-contas e relatórios do FUNDEMA-serão submetidos à apreciaçã dixetoria do Gonselho de Meio Ambiente e imediatamente remet mensalmente, de forma sintética e atualmente, de forma sintética, ao se contábil da administração pública do município de Alto Paraná, qui remetera ao Tribunal de Gontas:

Art. 19. As contas e relatórios do FMSBA serão submetidos à apreciação da diretoria do Conselho de Saneamento Ambiental e imediatamente remetidas, mensalmente, de forma sintética e anualmente, de forma analítica, ao setor contábil da administração pública do município de Alto Paraná, que as remetera ao Tribunal de Contas Art. 20. Altera o parágrafo único, do artigo 19, da Lei Municipal $n^{\rm o}$ 1.873, de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação

Parágrafo único. A Aprovação das contas do FUNDEMA pelo Conselho e pelo setor contábil da administração pública do município de Alto

Paraná, não exclui sua obrigato

Parágrafo único. A Aprovação das contas do FMSBA pelo Conselho e pelo setor contábil da administração pública do município de Alto Paraná, não exclui sua obrigatoriedade perante o Tribunal de Contas do Estado se assim definir a lei.

Art. 21. Cria o artigo 19-A, com os incisos, I, II, III, à Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19-A Constituem ativos contábeis do FMSBA:

I disponibilidades monetárias em Instituições Financeiras ou em Caixa Il haveres e direitos que porventura vier a constituir;
III bens móveis e iméveis que forem adquiridos e direitos vinculados

ao FMSBA.

Art. 22. Cria o artigo 19-B à Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art, 19-B Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMSBA.

Art. 23. Cria o artigo 19-C à Lei Municipal nº 1.873/2007, que passa a vigor com a seguinte redação: Art. 19-C O passivo do FMSBA é constituído pelas obrigações de qualquer natureza que venha a assumir.

Art. 24. Cria o artigo 19-D com os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X à Lei Municipal n° 1.873/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19-D Ao Executor do FMSBA compete ainda:

1 - firmar convênios, contratos, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, referente a recursos financeiros e/ou técnicos, os quais serão administrados pelo FMSBA, previamente aprovados pelo

CMSBA;

II - designar servidores municipais, sem prejuízo de suas atividades, para assessoramento e execução dos serviços contábeis;

III - prestar contas da aplicação dos recursos do FMSBA, nos prazos e na forma da legislação vigente;

IV - representar ativa, passiva e judicialmente o FMSBA;

V - propor alternativas de resolução de casos omissos no presente regulamento, tomando quenda nacesta exercisia successor.

regulamento, tomando, quando necessário e urgente; VI - outras atribuições definidas pelo Fundo;

VI - outras armoniços detinidas peio runtos; VII - receber os recursos previstos no presente regulamento e deposita-los em conta bancária especial do FMSBA; VIII - autorizar, juntamente com o Secretário de Tributação e Finanças, movimentações bancárias e financeiras contra a conta bancária do FMSBA, depois de processada a despesa;

IX - realizar aplicações dos recursos financeiros do FMSBA em disponibilidade, de forma a atendar aos princípios estabelecidos oc-

Ariago 4º deste regulamento; X - claborar anillise da situação econômico-financeira do FMSBA, para ser submenda pelo Faceutor à apreciação do CMSBA.

Art. 28. Cris o arrigo 19-E com o § 1º e § 2º, à Lei Mosicipal nº 1.873/2007, que pama a vigorar com a Art. 19-E A contabilidade do FMSBA, executada em conformidade com dispositivos de Les e demais disposições regulamentadoras de marieia, tem como objetivo evidencias e compostra sua situação financeira, patrimonial e orçamentida.

§ 1º A organização contibil deverá permirir o exercício da fueção do comrole prévio, concontiname e subsequente, de informar, de apropriar e apurar os cusos dos serviços e de interpretar e antiax os resultados alcauçados em consonincia com os objetivos do FMSBA.

§ 2º Serão emitidos, menoalmente, balancetes das receitos e das despesas do FMSBA e demais demonstrativos produzidos pela contabilidade do FMSBA passarão a integrar a contabilidade genil do Município.

Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paranic fiatado do Parani, 22 de mão de 2025. Claudemir Jóia Pereira Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Ensadu of entaria Rua José de Anchieta, 1641- Fone/Fax: (44)34-71.122 - C.P. 2016. E-mail: gmallupr@aitoparana.pr.gov.hr - https://www.altoparama.pr.gov.br

LEI Nº 3.851/2025

Dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização de Obras que se encontram em desacordo com as regras estabelecidas nos requisitos técnicos do Plano Diretor e demais legislações urbanísticas de Alto Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I DOS CRITÉRIOS PARA REGULARIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Regularização de Obras que tem como finalidade possibilitar a regularização de edificações já finalizadas e que não atendam integralmente os requisitos técnicos do Plano Diretor e demais legislações urbanísticas do punicipio.

Art 2º Para efeitos de anlicação desta lei, será considerada obras já finalizadas as edificações que apresentem a estrutura concluída, assim considerada como fundações, pilares, alvenarias, vigas, lajes, esquadrias e acabamentos.

Parágrafo único. As obras deverão ter sido concluídas até a publicação da presente lei.

Art. 3º Para a regularização, o interessado deverá atender as seguintes condições:

I - obedeçam às regras do sistema viário básico;

II - apresentem condições de segurança e saúde;

V - não estar localizada em terrenos que possuam limitações legais, tais como linhas de energia alta tensão, ferrovias, rodovias, áreas de servidão, entre outros;

VI - estar de acordo com a legislação ambiental;

VII - cumprir as exigências do Corpo de Bombeiros, quando exigido; VIII - não infriniam o disposto no art. 1.299 e seguintes do Código Civil, da Seção VII, do Direito

§ 1º Com exceção das construções destinadas ao uso residencial unifamiliar, todas as demais verão comprovar o atendimento mínimo das condições de acessibilidade, de acordo com a deverso comprovar o atendimento minimo das consigues de la constitución de la comprovar o atendimento minimo das consigues de la consigue de la comprovar o atendimento minimo das consigues de la consigue del la consigue de la co § 2º Quanto à calçada padrão, com vistas à garantia da acessibilidade e segurança de estres, poderá ser autorizada a construcão de rampas ou outros mecanismos necessários, esde que comprovada a impossibilidade de adequação nos termos da Lei Complementar nº 06 de

09 de dezembro de 2011, e observado o mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de Art. 4º Poderão ser regularizadas as edificações já finalizadas, que estiverem em desacordo na legislação municipal vigente no que diz respeito as seguintes situações:

I - taxa de ocupação:

II - taxa de permeabilidade

IV - gabarito de altura; V - recuo frontal:

VIII - iluminação e ventilação

§ 1º Para a regularização de edificações que possuam uma ou mais situações previstas nos incisos! a VIII deste artigo, além do cumprimento das demais regras estabelecidas nesta Lei, o interessado deverá pagar o valor relativo à outorga onerosa, de acordo com a quantidade de irregularidades e da gravidade da situação.

§ 2º A cobrança de outorga onerosa para a regularização das situações especificadas nos incisos I a VIII visa incentivar a regularização das obras já finalizadas e que não atendam integralmente as disposições contidas nos requisitos técnicos do Plano Diretor.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À REGULARIZAÇÃO

Art. 5º O pedido de regularização deverá ser protocolado com o formulário específico, sonibilizado no site da Prefeitura Municipal, conforme Anexo I, desta lei, assinado pelo prietário do imóvel e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Termo de Responsabilidade Técnica quanto ao atendimento das exigências de saúde e ilância sanitária, conforme modelo constante no Anexo II;

II - cópia de documento de identificação válido dos proprietários, com foto; III - cópia da matrícula do imóvel atualizada de no máximo 6 (seis) meses; IV - contrato de compra e venda ou escritura, caso a matrícula do imóvel não esteja no nome

V - procuração em nome de todos os proprietários do imóvel, quando for o caso; VI - projeto arquitetônico da edificação em, no mínimo, 3 (três) vias, assinados pelo ponsável técnico;

VII - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - ou Registro de Responsabilidade Técnica RRT - dos profissionais responsáveis técnicos habilitados, dos projetos arquitetônicos complementares, devidamente assinados e acompanhados do respectivo comprovante pagamento, corretamente preenchidos, conforme padronização estipulada pelo Consel Regional de Engenharia e Agronomía - CREA - ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

VIII - Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - CVCB - ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB -, exceto nos seguintes casos: a) quando se tratar de edificação destinada exclusivamente à residência unifamiliar;

IX - documentos hábeis a comprovar a existência da edificação finalizada até a data da

publicação desta lei, com no mínimo, 1 (um) dos item abaixo: a) declaração de fornecimento de energia e água emitida pela concessionária de serviço público responsável, acompanhada de relatório de consumo mensal referente aos últimos doze meses

anteriores a publicação desta lei; b) certidão municipal que comprove a existência da construção;

d) notas fiscais da construção do imóvel a ser regularizado.

X - comprovante de pagamento das taxas referente à análise prévia de projetos, previstas no Código Tributário Municipal; relatório fotográfico da situação atual do imóvel

CAPÍTULO III DA OUTORGA ONEROSA Art. 6º A outorga onerosa consiste em uma contraprestação financeira a ser prestada pelo

interessado que protocolar pedido de regularização de obra nos termos desta le finalidade possibilatra a regularização das edificações que não atendam interequisitos técnicos do Piano Diretor e demais legislações urbanísticas do município. Parágrafo único. O cálculo do valor da outorga onerosa será realizado das seguintes formas: - para a taxa de ocupação: 0,05 URM (Unidade de Referência Municipal) sobre o qual estará a cação beneficiada, multiplicado pelo total da área que exceder a taxa máxima de ocupação

V - para recuos frontais, afastamentos laterais e de fundos: 0,12 URM (Unidade de Referência Municipal) sobre o qual estará a edificação beneficiada, multiplicado pelo total da área do recuo

em desacordo; VI - para iluminação e ventilação: 0,50 URM (Unidade de Referência Municipal) sobre o qual estará a edificação beneficiada, multiplicado por cada item em desconformidad

II - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

IV - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

Art. 8º Protocolado o pedido de regularização de obra, o processo será remetido ao Setor

pedido quando a documentação apresentada não esteja completamente visível ou quando as peças gráficas não contenham todas as informações necessárias, sendo o processo devolvido para que o interessado proceda às correções necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O Setor competente para análise do pedido poderá requerer a juntada de outros cumentos que justificar necessários a avaliação do pedido.

 \S 3º O processo paralisado, somente poderá ser protocolado e analisado novo pedido de regularização, decorridos 60 (sessenta) dias da data do protocolo.

Art. 9º Estando correta toda a documentação juntada ao processo, o Setor competente analisará os projetos, fará os cálculos e emitirá a guia para o pagamento da outorga onerosa.

§ 1º Desses cálculos será dada ciência ao requerente por despacho no processo e/ou por outro

§ 3º Caso apresente recurso contra o valor cobrado a título de outorga onerosa, esse será encaminhado ao Setor competente para análise dos projetos, a quem caberá a decisão pela manutenção ou revisão do valor cobrado, da qual será dada ciência ao recorrente.

§ 4º Da decisão proferida no § 3º deste artigo, não caberá mais recurso, devendo o requerente

§ 5º A falta de comprovação do pagamento da outorga onerosa impede o seguimento do processo de regularização e a concessão das licenças requeridas. Art. 10. Confirmado o pagamento da outorga onerosa e as demais exigências estabelecidas no processo de regularização, sendo aprovado pelo Setor competente, o processo será enviado para a fiscalização para lancamentos das respectivas taxas de obra em geral, eventual ISSQN, emissão

Auto de Infração para aplicação da penalidade prevista nesta Lei. CAPÍTULO V

Art. 11. Os procedimentos adotados pela fiscalização municipal obedecerão às regras inerentes ao Poder de Polícia Administrativa, incluindo-se a forma das certificações dos atos, aplicação das penalidades, prazos para interposição de defesas e recursos, atos de instrução processual e, ainda, o efeito das decisões.

apresentado e aprovado, lavrará o Auto de Infração aplicando a penalidade de 10 URM (Unidade

de Referência Municipal).

Art. 13. Independente da aplicação da penalidade prevista nesta Lei poderão ser impostas as demais penalidades previstas no Plano Diretor Municipal

Art. 15. A Divisão de Tributação e Fiscalização, instruirá e julgará os processos administrativos

Seção I Da Intimação do Auto de Infração

pessoalmente, mediante assinatura da pessoa autuada, representante legal, preposto, no ou pessoa da familia; II - pessoalmente, quando houver recusa de apor assinatura, mediante certificação da entrega

III - por carta registrada com Aviso de Recebimento (AR);

V - por edital, com publicação única no Diário Oficial do Município, quando o autuado residir no exterior, estiver em lugar incerto, não sabido ou inacessível, ou houverem sido esgotadas as

Do Prazo para Pagamento da Multa Art. 18. A multa aplicada deverá ser paga integralmente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do Auto de Infração ou da decisão de última instância.

Secão III Do recurso em Primeira Instância Art. 19. Caso o autuado não efetuar o pagamento voluntário da multa, terá o prazo de 30

§ 1º A defesa deverá ser protocolada e nela deve constar todas as razões de fato e de direito a

Seção IV

Da instrução do Processo Administrativo Fiscal Art 20 Protocolada a defesa tempestivamente, o processo será recebido no Departamento de

Tributação e Fiscalização, que fará a suspensão da exigibilidade da multa no sistema até que seja proferida a decisão de primeira instância, sendo:

II - após a contestação, o processo será remetido para parecer da Procuradoria Jurídica; III - com o parecer, o processo seguirá para decisão de primeira instância.

Art. 21. Julgada a defesa procedente ou parcialmente procedente, o ato poderá ser cancelado,

pagamento da multa ou de recurso para segunda instân

do acórdão e do prazo para pagamento da multa.

Art. 23. No caso de revelia, o processo será analisado e julgado pela Fiscalização, do ento de Tributação e Fiscalização, que dará publicidade da decisão no Diário Oficial do

Art. 22. Julgada a defesa improcedente, o autuado será intimado da decisão e do prazo para

Art. 24. Publicada a decisão, intimado o autuado e decorrido o prazo sem o pagamento ou apresentação de recurso para segunda instância, a multa será encaminhada para inscrição em dívida ativa e sua cobrança seguirá na forma prevista no Código Tributário Municipal.

Art. 25. Da data da intimação da decisão de primeira instância, iniciará a contagem do prazo de 30 (trinta) dias para pagamento da multa ou protocolização de recurso de segunda instância.

Art. 26. O rito processual em segunda instância obedecerá às normas previstas no Código Tributário Municipal, sendo esse colegiado a segunda e última instância administrativa de recurso

Seção VI Do trânsito em julgado Art. 28. Transitada em julgado a decisão administrativa no processo administrativo fiscal, a

Art. 27. Julgado o recurso em segunda instância improcedente, a pessoa autuada será intimada

caminhada para inscrição em dívida ativa e sua cobrança seguirá na forma prevista no Código Tributário Municipal. CAPÍTULO VI

ou reforma Parágrafo único. O interessado deverá pagar o valor a título de outorga onerosa, de acordo com a quantidade de irregularidades, gravidade da situação constatada, conforme disposto nesta lei, nos prazos estabelecidos.

higiene, salubridade e o respeito ao direito de vizinhança, sendo que o cumprimento das exi-feitas pelo Município deverá ser atestado em Laudo Técnico apresentado pelo requerente e a-pelo Engenheiro, Arquiteto ou profissional habilitado.

Parágrafo único. Caso, durante o processo, seja constatada outras irregularidades ou omissões sanáveis, o Município poderá exigir do proprietário as providências cabíveis. Art. 31. Durante a tramitação do processo de regularização o proprietário não sofrerá penalização por infração ao Código de Obras.

§ 1º Caso o processo de regularização deixe de tramitar por mais de 30 (trinta) dias por inércia do interessado, não se aplicará a regra estabelecida no *caput* deste artigo.

Art. 32. Aos pedidos de regularização de edificações em trâmite no município antes da vigência desta lei poderão, por solicitação do interessado, ser aplicados os dispositivos desta lei.

Art. 33. São consideradas partes integrantes desta Lei os Anexo I e Anexo II.

II - para a taxa de permeabilidade: 0,05 URM (Unidade de Referência Municipal) sobre o qual estará a edificação beneficiada, multiplicado pelo total da área que exceder a taxa máxima de permeabilidade para a respectiva Zona;

III - para coeficiente de aproveitamento: 0,05 URM (Unidade de Referência Municipal) sobre o qual estará a edificação beneficiada, multiplicado pelo total da área construída como aumento de

IV - para o gabarito de altura: 0,05 URM (Unidade de Referência Municipal) sobre o qual estará a edificação beneficiada, multiplicado pelo total da área construida como aumento de potencial;

Art. 7º Os recursos arrecadados em razão da outorga onerosa deverão ser aplicados nas seguintes finalidades:

1 - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

III - criação e revitalização de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

V - proteção de áreas de interesse histórico, ambiental, cultural ou paisagístico.

CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

competente para análise dos projetos § 1º O pedido poderá ser imediatamente recusado pelo Setor competente pela análise do

 \S 4° Se, no novo pedido protocolado, for identificada a mesma irregularidade constatada no processo inicial, será imediatamente indeferido.

§ 2º Ciente dos cálculos expressos no *capu*t desse artigo, o requerente terá o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento e juntada ao processo do respectivo comprovante ou apresentação

fazer o pagamento ou regularizar a situação nos termos estabelecidos nos requisitos técnicos do Plano Diretor e demais legislações urbanísticas do Município.

do Alvará de Construção, Habite-se e Certidão de Conclusão de Obras. Parágrafo único. Caso a fiscalização constatar que a edificação encontra-se em desacordo com etos apresentados e aprovados, não será concedida a licença requerida, sendo lavrado o

DA FISCALIZAÇÃO, DAS PENALIDADES E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 12. Encaminhado o processo ao Setor competente, esse fará a fiscalização da obra antes da concessão das licenças e, caso constatar que a edificação não está de acordo com o projeto

Art. 14. Os processos administrativos fiscais serão julgados em primeira instância, nos prazos nesta Lei, cabendo recurso a segunda instância, na forma e prazos previstos no

Art. 16. O Conselho Municipal da Cidade julgará os processos administrativos fiscais em

Art. 17. Constatada a infração e lavrado o Auto de Infração pelo Fiscal, a pessoa autuada será intimada da seguinte forma:

IV - por qualquer meio que cumpra a finalidade de científicar a pessoa da aplicação da

Seção II

Parágrafo único. A multa paga fora do prazo sofrerá os acréscimos legais previstos no Código

os da data da intimação, para apresentar defesa em primeira instância.

 \S 2º A defesa protocolada fora do prazo estabelecido no caput deste artigo será considerada intempestiva e o autuado será considerado revel.

1 - o processo encaminhado ao Fiscal que lavrou o ato ou seu superior hierárquico, para

Parágrafo único. Durante o trâmite do processo, de que trata este artigo, poderão ser ados aos autos documentos com vistas à melhor instrução do processo.

Do recurso para Segunda Instância

Parágrafo único. Somente terá direito ao recurso a segunda instância, o autuado que otocolou defesa tempestiva em primeira instância e que não fez o pagamento voluntário da

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 29. Nenhuma obra será regularizada sem que haja a comprovação do pagamento dos tributos aplicáveis, observando o mesmo critério previsto na legislação em vigor para obra nova, ampliação

Art. 30. O Município poderá exigir obras de adequação para garantir a estabilidade, segurança,

§ 2º Permanecem inalterados os trâmites e cobranças relativas às penalidades já aplicadas por infração ao Código de Obras, lavradas anteriormente à protocolização do pedido de regularização.

Cis

Pág 1 / 1

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789

Art. 34. O Poder Executivo poderá definir, mediante regulamentação, outros proced Art. 35. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 12 (doze) mese-

Alto Parani, 22 de maio de 2025 Claudemir Joia Percira Prefeite

ANEXO I

	QUANTO AOS PARÂMETROS CONSTRUTIVOS E URBANÍST	ricos
ANEXO 1	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	ALTO PARAMA
	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/OBRA:	
PROPRIETÁRIO:		PARÂMETROS PRETENDIDOS
TELEFONE:		() Taxa ocupacilo
QUADRA É LOTE:		() Taxa permeabilidade () Coeficiente Aproveitamento
ENDEREÇO DA OBRA	A:	() Gabarito de Altura
BAIRRO:		() Recue frontal () Afastamentos laterais
CEP:	USO DA EDIFICAÇÃO:	() Afastamento de fundos () Huminação e Ventilação
ÁREA TOTAL DA ED	FICAÇÃO:	

	nentos () 03 Pavimentos () 04 Pavimentos ()	
RE-	IS PARAMETROS URBANISTICOS E CONSTRUTIVO GULARIZAÇÃO DO PROJETO (PARA USO DO ANA	LISTA)
() Taxa permeabilidade () Coeficiente Aproventamento	() Recuo frontal () Afastamentos laterais () Afastamento de fundos () Iluminação e Ventilação	
IDE	NTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJET	O E EXECUÇÃO:
Nome do responsável pelo Projeto:	№ Registro CAU /	ou CREA:
Nome do responsável pela Execução:	№ Registro CAU /	ou CREA:
Felefone:	imóvel/empreendimento, responsável técnico pela sulo	
1 - Termo de Responsabilidade Técnico quoto ao stendimento da estigância de saúde e vigilância sanitária, conforme modelo constante no Anexo II; 2 - Cópia documento de identificação valido dos exproprietarios, com four. son de la companio de destinação valido dos máximos de destinação, de no máximo, de siguila de companio e vendão ou escritura, casa a matriçala do imdvel não esteja no nome do autoal prospiratión.	Identici: 7 - Anotação de Responsiabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsiabilidade Técnica (RRT) dos profissionais responsáeble técnico) habilitados, dos projetos arquitetónicos e complementares, devidamente assinados e acompanhados do respectivo comprovente de pagamento; 8 - Certificado de Victoria do Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de Corpo de Bombetos - CVCB - ou Certificado de Ucença de CORPO - OU CORPO -	de setficação finalizada a lei a data da publicação de Lei, cum, non ilman, 1, fum) dos tienes ablancis a 3) Declaração de forracionemo de servição a emitida pala concessionária de aprivido poli responsabel, acompanhada de relationa de consi- mental referente so últimas dose mates ameriemo polica de la consideração de composição de 2) Certidão municipal que comprova a existê da construção: () Imagema afereas; d) Nocas filesca da construção do innóvel a
5 - Procuração em nomo de todos os proprietários do imóvel, quando for o caso;	casos: a) quando se tratar de edificação destinado exclusivamente à residência unifamiliar; b) quando se tratar de residência unifamiliar localizada no pavimento superior de ocupação mista com até dois pavimentos e que possuam	regularizado; 10 - Comprovante do pagamento das ta referente à análise prévis de projetos, previstas Código Tributário Municipal; 11 - Relatório fotográfico da situação atual imbvel.

ASSINATURA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

ANEXO II	TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA QUANTO AO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
	ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS E DE INTERESSE À SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



RESPONSA VEL TÉCI EXECUÇÃO

Requerente/proprietário:			
Telefone:	Quadra e Lote:		
Endereço da Obra:		Nº	CEP:
Bairro:	Uso da edificação:		
DENTIFICAÇÃO DO I	RESPONSÁVEL PELO PROJE	TO:	
ome do profissional:			
Nº Registro CAU e/ou CR	EA:	Te	lefone:

Termo de Ciência/Responsabilidade Os responsáveis pela elaboração deste projeto, bem como os proprietários/responsáveis legais desta edificação, têm conhecimento que a aprovação do presente projeto arquitetônico, tem por finalidade única a emissão de Alvará de Construção da edificação, ou seja, assegurar, de forma ágil, a regularização documental das edificações representadas no(s) projeto(s), quanto aos aspectos fisico/estruturais representados nestes (metragens, recuos, etc.), sem que isto venha gerar direitos de quaisquer espécies aos responsáveis, quanto ao futuro uso da edificação e/ou dos ambientes representados (atividades desenvolvidas; ambientes mínimos; iluminação natural; ventilação mecânica, etc.).

Os responsáveis estão cientes de que o representado neste projeto pode estar contrariando legislações e normas específicas que regulam o funcionamento de estabelecimentos, como por exemplo, a Resolução Estadual SESA 389/2006; Resolução da ANVÍSA RDC 50/2002; Norma da ABNT NBR 16.401/2008 (dentre outras).

O proprietário/responsável pela edificação deste processo está ciente, por meio deste Termo, de que cada estabelecimento (pessoa física ou pessoa jurídica) que vier a desenvolver atividades "assistenciais e/ou de interesse à saúde" na edificação, fica sujeito a ter que aprovar, previamente ao funcionamento, o respectivo projeto de layour junto à Vigilância Santiária. O fituro estabelecimento deverá atender às legislações específicas pertinentes ao respectivo funcionamento, vigentes no momento em que ocorrer a solicitação do Alvará de Funcionamento, não podendo invocar, neste ato, direitos de quaisquer espécies relativos à atual aprovação.

	Nome dos Responsáveis	Assinaturas
Proprietário da edificação		
Responsável Técnico pelo projeto		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE PREFEITURA DO MONICIPIO DE PARAISO DO NORTE
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Tapejara, 88 - CEP 87.780 - 000 - Fone: (044) 3431-8000 - CNPJ: 75.476.556/0001-58
paraisodonorte atende net - e-mail: compras@paraisodonorte.pr.gov.br

ERRATA AO 2º EDITAL RETIFICADO DE LICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO DIGITAL Nº 917/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 81/2025 DISPENSA ELETRÔNICA N° 12/2025

do Edital referente ao Processo Digital \mathbb{N}^o 917/2025, Processo Administrativo \mathbb{N}^o 81/2025, letrônica \mathbb{N}^o 12/2025, na página 14 e no Termo de Referência no 6.3, na página 4:

6.3 Poderão participar deste Processo para os itens/lotes somente empresas MPE's localizadas como Regionais pelo Decreto Municipal nº 1576/2023: Ambito Regional - Os municípios constituintes das seguintes Associações de Municípios das seguintes regiões, conforme estabelecido pelo Governo de Estado do Paraná:

- AMUNPAR Associações dos Municípios do Noroeste do Paraná: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaça, Inajá, Londina, Paraíso do Norte, Paranapoema, Paranavá, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Exbel do Ivaí, Santa Moniez, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica;
- AMERIOS Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzciro do Oeste, Douradina, Esperança, Jussara, Francisco Alves, Guaporema, learaima, Indianópolis, Iporã, Ivate, Japura, Patrocinio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Tuncira do Ceste, Umuarama e Xambré;
- AMENORTE Associações dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná: Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Boa e Tuneiras do Oeste;
- AMUSEP Associações dos Municípios do Setentrião Norte: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Florida, Iguarraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Persidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Ines, Santo Inácio, São Jorge do Ivai, Sarandi e Uniflor.
- COMCAM Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol e Fênix

Leia-se:
6.3 Poderão participar deste Processo para os itens/lotes somente empresas MPE's localizadas como Regionais pelo Decreto Municipal nº 1576/2023: Ámbito Regional — Os municipios constituintes das seguintes Associações de Municipios das seguintes regiões, conforme estabelecido pelo Governo do Estado do Paraná:

- de Multicipios das equintes regioes, contorne estadeciendo pero coverno do Estado do Farana;

 A MUNPAR Associações dos Municípios do Noroeste do Paraná; Alto Paraná, Amaporã,

 Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaça, Inajá, Londrina, Paraíso do Norte, Paranapoema,

 Paranavai, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo,

 Santa Izabel do Ivaí, Santa Monica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do

 Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica;

 AMERIOS. Alte. Para de Regional Maria Maria Regional Para Cidade.
- AMERIOS Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança, Jussara, Francisco Alves, Guaporema,

Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Ivate, Japura, Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapeiara, Tapira, Tuneira do Oeste, Umuarama e Xambrê

- AMENORTE Associações dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná: Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Boa e Tuneiras do Oeste; AMUSEP - Associações dos Municípios do Setentrião Norte: Ângulo, Astorga, Atalaia.
- дозольность и сътрата, India (Colorado, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Florida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringé, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Ines, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

Paraíso do Norte, 23 de maio de 2025

Município de Paraíso do Norte isson Fernando Marinelo Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE ESTADO DO PARANÁ Avenida Tapejara, 88 - CEP 87.780 - 000 - Fone: (044) 3431-8000 - CNPJ: 75.476.556/0001-58 paraisodonorte.atende.net - e-mait: compras@paraisodonorte.pr.gov.br

ERRATA AO EDITAL DE LICITA

PROCESSO DIGITAL Nº 952/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 79/2025 EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 41/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS DO TIPO MENOR PRECO - POR ITEM EXCLUSIVO MPE'S - LOCAL - PARAÍSO DO NORTE-PR

Na publicação da primeira página do Edital de Licitação referente ao Processo Digital Nº 952/2025, Processo Administrativo Nº 79/2025, Pregão Eletrônico Nº 41/2025 – Sistema de Registro de Preço:

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

enta e seis reais sessenta e sete centavos).

Leia-se: VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

e quarenta e quatro reais).

Paraíso do Norte, 23 de maio de 2025

Município de Paraíso do Norte Walisson Fernando Marinelo Prefeito do Município em Exercício

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR -

Minuta - Licitação: 171 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2024 cotaCre

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade Nº 82/2024

Licitação: 2024 Número

etoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusiv ssão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 102/2023,

HOMOLOGA

Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 82/2024, con

	Vencedores dos Itens 90 - A. MARQUES HOMEM & CIA LTDA - PD 1650/2025									
	MARQUES HOMEM & CIA LTDA - PD 1650/2025 Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total				
2	ENDODONTIA CLÍNICAS TERCEIRIZADAS	SERVIÇO		1	R\$546.000,00	R\$546.000,00				
9	PERIODONTIA CLÍNICA TERCEIRIZADA	UNIDADE		1	R\$71.130,00	R\$71.130,00				
				Total d	o fornecedor:	R\$ 617.130,00				

72-01.001.0010.0302.2009.2037.3.3.90.39.50.99-Fonte:001 - Demais despesas com serviços m'edicos despesas com serviços despesas com serviços despesas com serviços despesas com serviços despesas despe

Paranavaí, 22 de maio de 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01 Fone/Fax 0xx44 445-8150 – CNPJ 76.238.435/0001-30 Site www.saojoaodocaiua.pr.gov.br.

CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PR.

Aviso De Licitação

Destinada Exclusivamente À Participação De Microempresas E Empresas De Pequeno Porte (Art 48 Da Lei Federal Complementar 147/2014, Valor Até R\$ 80.000,00).

Edital de Pregão Nº. 019/2025 Processo nº 037/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAPELARIA SENDO (ENCARDENAÇÕES, PLATIFICAÇÕES, CONFECÇÕES DE CRACHAS E FOTOGRAFIAS), DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DESTE MUNICIÍPIO.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00 hrs do dia 10/06/2025

O edital completo está disponível no site: www.saojoaodocaiua.pr.gov.br em processos licitatórios e https://bnc.org.br plataforma Bolsa Nacional de Compras. Informações complementares poderão ser adquiridos na Rua Dom Pedro II, nº 800, Setor de Licitações, Fone: (44) 3445-8150, informando-se no didada a particular a constant podera positiva de la constant podera positiva de la constant podera po pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

São João do Caiuá - PR, 23 de maio de 2025

STEFAN TOMÉ PAUKA Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná CNPJ N° 76.279.967/0001-16 6 de Anchieta,1641–Fone/Fax:(44)447.1122–Cx. Postal 61–CEP:87750-000-Alto Paraná–PR E-mail: pmaltopr@altoparana.pr.gov.br - http://www.altoparana.pr.gov.br

Errata do Decreto nº. 096/2025, publicado no Jornal Diário do Noroeste nº. 19.775, do dia 06/05/2025, pág. 13.

Onde se lê:

Art. 1º Fica concedido aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 03/04/2025 a servidora pública municipal Rosangela Bernardo da Silva Palmieri, brasileira, casada, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora com carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 4243/1, nomeada em data de 06/02/1995 através do Decreto nº 014/1995, com base no art. 40, § 5º, da C. F., e art. 3º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 47/2005, com proventos integrais e paridade, ou seja, R\$ 6.314,31 (seis mil, trezentos e quatorze reais e trinta e um centavos)

Leia-se:

Art. 1º Fica concedido aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 03/04/2025 a servidora pública municipal Rosangela Bernardo da Silva Palmieri, brasileira, casada, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora com carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 4243/1, nomeada em data de 06/02/1995 através do Decreto nº 014/1995, com base no art. 40, § 5º, da C. F., e art. 3º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 47/2005, com proventos integrais e paridade, ou seja, R\$ 6.347,31 (seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos)

> Alto Paraná-PR., 23 de maio de 2025. Claudemir Ioia Pereira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ C.N.P.J. (MF) 76.413.061/0001-42 Av. Francisco Pires de Lemos, 410 - Centro - Fone; 44 3900-2170 CEP - 87.790.001 - NOVA ALIANÇA DO IVAÍ - PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - PRORROGADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 42/2025 PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 16/2025.

AMPLA CONCORRÊNCIA

fica-se a não exclusividade de participação às ME, EPP ou MEI o fato de que, após pesquisas efetuadas em o cadastro de fornecedores, verificou-se a não existência de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos idos locais e capazes de cumprir com as exigências deste Edital, amoldando-se ao preceito legal acima

O MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAI, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREÇÃO, na forma ELETRÓNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL - REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da instrução Normativa SEGESME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das PREÇU GLUBAL - RICHISTINO DE PREÇUO, nos termos da Curi Proceso. SEGESIME P 73/2022, das Leis Complementares nº 12/30/4 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas nestes aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO E SISTEMA DE RECONHECIMENTO AUTOMATICO DE PLACAS VEICULARES EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAI - PR.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 09:00 horas do dia 23/06/2025. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 horas do dia 23/06/2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PRECO GLOBAL

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 82.800,00 (Oitenta e Dois Mil e Oitocentos Reais). LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.comprasbr.com.br.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARA DISPONÍVEL: No site do Município de NOVA ALIANÇA DO IVAI (www.novaalianca.pr.gov.br); no Setor de Licitações da Prefeitura Municípal de NOVA ALIANÇA DO IVAI - PR, situado à Rua Roque Batista da Silva, s/n°, Centro E/OU no Portal ComprasBR (http://www.comprasbr.com.br).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na **Rua Roque Batista da Silva, sín°, Centro** – NOVA ALIANÇA DO IVAI -Pr, por meio do Telefone (44) 3900-2170 E/OU via email: licitacao@novaalianca.pr.gov.br.

NOVA ALIANÇA DO IVAÍ/Pr, 23 de maio de 2025.

ULISSES DE SOUZA Prefeito Municipal



EDITAL Nº 05/2025

SAMUEL OLIVEIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Nova Londrina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, no intuito de incentivar a participação popular, vem através do presente, comunicar que será realizada uma Audiência Pública no dia 29 de maio de 2025, às 10:00 horas, no Prédio da Câmara Municipal de Nova Londrina, para DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025, em atendimento ao § 4º do artigo 9º da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e demais disposições que regulam a matéria.

Nova Londrina/PR, 23 de maio de 2025.

SAMUEL OLIVEIRA DE LIMA **PRESIDENTE**

PUBLICAÇÃO NOS DIAS 24, 27 E 28 DE MAIO DE 2025.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA ALIANCA DO IVAÍ C.N.P.J. (MF) 76.413.061/0001-42 Av. Francisco Pires de Lemos, 419 - Centro - Fone: 44 3909-2170 CEP - 87.798.001 - NOVA ALIANÇA DO IVAÍ - PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2025
LICITAÇÃO Nº 25/2025 - PREGÃO ELETRONICO R.PNº 11/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ
CONTRATADO: SANIGRAN LTDA - CNPJ 15.153.524/0001-90
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS
PARA MANUTENÇÃO DE MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, SOPRADORES E
PULVERIZADORES PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE
NOVA ALIANÇA DO IVAI - PR.
VALOR GLOBAL: R\$ 8.900,00(Oito Mil e Novecentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (DOZE) meses, contados da data de
assinatura do contrato.

ULISSES DE SOUZA



assinatura do contrato. **DATA DE ASSINATURA:** 22/05/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE ESTADO DO PARANÁ Avenida Tapejara, 88 - CEP 87.780 - 000 - Fone: (044) 3431-8000 - CNPJ: 75.476.556/0001-58 paraisodonorte atende nel - e-mais: compras@paraisodonorte pr.gov.br

Chamada Pública nº 08/2025 Inexigibilidade nº 20/2025

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PROCESSO DIGITAL Nº 999/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2025 EDITAL E TERMO DE REFERENCIA RET CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

O Município de Paraíso do Norte, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Tapejara, nº 88 – Centro, CEP 87780-000, inscrito no CNPJ sob o nº 75.476.556/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito em exercício. Senhor Walisson Fernando Marinelo, por meio do Fundo Municípial de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.196.589/0001-10, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 944, no Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, representada pelo Diretor do Departamento Municípial de Saúde, Senhor Gerson Pereira da Silva, toma pública a realização da CHAMADA PÚBLICA com a finalidade de credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de técnicos e auxiliares de enfermagem, para atendimento em plantêse de 12 (doze) horas, a serem realizados no Pronto Atendimento Municípal, conforme especificações constantes no Termo de Referência. dos poderão inscrever-se para o credenciamento até o limite de 30 (trinta) dias antes do término do

periodo de 06 (seis) meses (vigência do credenciamento), contados da publicação do edital, endereçando à comissão permanente de licitação e credenciamento e apresentando toda documentação exigida por este edital, mediante protocolo entregue na prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, localizado na Avenida Tapejara, nº 88, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min na Divisão de Licitação. Até 30 (trinta) dias antes do término da vigência de 06 (seis) meses contado: eríodo para Inscrição cação do edital. Forma de Inscrição ELETRÔNICO, mediante preenchimento on-line

Plataforma: https://www.licitanet.com.br

Documentação Exigida Toda a documentação prevista neste edital deverá ser anexada na plataforma Órgão Responsável pelo Comissão Permanente de Licitação e Credenciamento

www.gov.br/pncp Paraíso do Norte, 23 de maio de 2025.

> Walisson Fernando Marinelo Prefeito em exercício



Local de Entrega

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná CNPJ № 76.2798/70001-16 Rua José de Anchieta,1641-Fone/Fax:(44)47.1122-Cx. Postal 61-CEP:87750-000-Alto Paraná-PR E-mail: pmaltopr@altoparana.pr.gov.br - http://www.altoparana.pr.gov.br

Portaria nº 464/2025

Da nova lotação a servidor público municipal e dá outras providências.

Claudemir Joia Pereira, Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.529/2022, Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná.

Resolve:

Art. 1º Designar provisoriamente por um período de 60 (sessenta) dias a partir do dia 17/05/2025, a servidora pública municipal Priscila de Andrade, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 10.***.***-0 SSP/PR., e inscrita no CPF. sob nº 078.***.***-79, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 20h/s., para prestar seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação em cumprimento ao Art. 2º da Portaria

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito

Alto Paraná-PR., 20 de Maio de 2025.

Claudemir Joia Pereira Prefeito 17ª Gestão Administrativa



DECRETO Nº 144/2025

SÚMULA: Convocação para 14ª Conferência de Saúde do Município de Diamante do Norte - Paraná.

ELIEL DOS SANTOS CORRÊA, Prefeito de Diamante do Norte, no uso das atribuições que lhe confere por Lei e considerando as deliberações do referido Conselho.

DECRETA: Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde em 22 de maio de 2025, fica convocada a 14º Conferência de Saúde do Município para o dia 25 de junho de 2025.

Art. 3º O Tema Central da Conferência será "Mais Prevenção, menos internação: o SUS que cuida da saúde antes da doenca" Art. 4º A Conferência de Saúde, será realizada no Auditório da APAE de

Art. 5º As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Resolução aprovadas por Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde. Art. 7º Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Norte, Estado do Paraná, aos do $23~{\rm dias}$ do mês de maio de 2025.

ELIEL DOS Assistan digulararia por ELEA. DOS SANTOS SANTOS CORREA. DOS CONTROLOS CONTR 3078856909 Control R ELIEL DOS SANTOS CORRÊA



JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789

CÓDIGO 1.7.1.3.50.1.1.00.00 Transferência de Recu 1.7.1.3.50.3.1.00.00 Transferência de Recu 1.7.1.3.99.0.1.01.00 Assistência Financeira 1.7.1.4.50.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.59.0.1.00.00 Utras Transferências	do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	núde - Atenção Primária núde - Vigilância em Saúde sos Salariais de Enfermagem		OR EM R\$. 51.376,06 14.252,05 8.721.64
1.7.1.3.50.1.1.00.00 Transferência de Recu 1.7.1.3.50.3.1.00.00 Transferência de Recu 1.7.1.3.99.0.1.01.00 Assistência Financeira 1.7.1.4.50.0.1.00.00 Transferências O Salá 1.7.1.4.51.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.59.0.1.00.00 Transferências Diretas	sos do Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Sa sos do Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Sa da União destinada à Complementação ao Pagamento dos Pi rio-Educação do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	uúde - Vigilância em Saúde sos Salariais de Enfermagem	R\$ R\$ R\$	51.376,06 14.252,05
1.7.1.3.50.3.1.00.00 Transferência de Recu 1.7.1.3.99.0.1.01.00 Assistência Financeira 1.7.1.4.50.1.00.00 Transferências O Salá 1.7.1.4.51.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.59.0.1.00 Outras Transferências	sos do Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Sa da União destinada à Complementação ao Pagamento dos Pi do-Educação do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	uúde - Vigilância em Saúde sos Salariais de Enfermagem	R\$ R\$	14.252,05
7.1.3.99.0.1.01.00 Assistência Financeira 7.1.4.50.0.1.00.00 Transferências do Salá 7.1.4.51.01.00.00 Transferências Diretas 7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 7.1.4.90.1.01.00 Outras Transferências	da União destinada à Complementação ao Pagamento dos Pi fio-Educação do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	sos Salariais de Enfermagem	R\$. ,
7.1.4.50.0.1.00.00 Transferências do Salá 7.1.4.51.0.1.00.00 Transferências Diretas 7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas 7.1.4.90.0.1.01.00 Outras Transferências	rio-Educação do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	, and the second		0 721 64
1.7.1.4.51.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.99.0.1.01.00 Outras Transferências	do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar		P¢	0.721,04
.7.1.4.52.0.1.00.00 Transferências Diretas .7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas .7.1.4.99.0.1.01.00 Outras Transferências	do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar			13.869,67
1.7.1.4.53.0.1.00.00 Transferências Diretas 1.7.1.4.99.0.1.01.00 Outras Transferências			R\$	-
1.7.1.4.99.0.1.01.00 Outras Transferências	do ENDE - Programa Nacional do Transporto Escolar		R\$	-
			R\$	-
L7 1 5 52 0 1 00 00 Transferências de Reci			R\$	-
	ırsos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR		R\$	14.164,82
1.7.1.6.50.0.1.01.00 Índice de Gestão Desc	entralizada - IGD BF		R\$	3.360,00
.7.1.6.50.0.1.02.00 Índice de Gestão Desc			R\$	-
I.7.1.6.50.0.1.03.00 Proteção e Atendiment			R\$	3.953,34
1.7.1.6.50.0.1.04.00 Serviço de Convivência	e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		R\$	-
	e Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Úl		R\$	-
I.7.2.1.53.0.1.00.00 Receita para Contribuiç			R\$	2.337,92
	Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária		R\$	45.537,51
I.7.2.9.51.0.1.01.00 Piso Paranaense de As			R\$	-
I.7.2.9.99.0.1.01.00 Programa Estadual Tra			R\$	7.789,92
I.7.4.1.99.0.1.01.00 Receita do Fundo Muni			R\$	-
I.9.1.1.01.0.1.01.00 Receitas de Multas Pre	vistas em Legislações Específica		R\$	-
2.4.2.1.50.01.01.00 Receita do Transporte			R\$	-
	. 1429/2022 - Pavimentação Asfáltica - SEDU - PARANACIDA		R\$	-
	. 1415/2022 - Barração Industrial - SEDU - PARANACIDADE		R\$	-
2.4.2.2.99.0.1.14.00 Receita do Convênio n	. 235/2023 - Pavimentação Asfáltica - Projeto SAM 30 - SECI		R\$	489.108,38
	. 377/2023 - Pavimentação Asfáltica - Projeto SAM 32 - SECI		R\$	-
2.4.2.2.99.0.1.16.00 Receita do Convênio n	. 001/2024 - Pavimentação Rural - Bloco Sextavado - SEAB		R\$	-
		TOTAL	R\$	654.471,31
	MIRADOR, 22 DE MAIO DE 2025.			

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA **QUADRIMESTRAL DA SAÚDE**

PRODUÇÃO SAÚDE NIS II MIRADOR E NIS I QUATRO MARCOS PERÍODO JANEIRO A ABRIL DE 2025

CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

- · DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
- · Município: Mirador Paraná
- · Quadrimestre: 1º Quadrimestre Período janeiro a abril de 2025
- · Razão Social da Secretaria Municipal de Saúde: Fundo Municipal de Saúde
- · CNPJ do Fundo Municipal de Saúde: 09.160.055/0001-33 · Endereço da Secretaria: Avenida Frei Úlrico nº 137
- · CEP: 87840-000
- · Telefone: (44) 3434-8027
- · E-mail: saude@mirador.pr.gov.br · Secretária Municipal de Saúde: MARIA GEANIA OLIVEIRA
- · Plano Municipal de Saúde em vigência: 2022-2025



RELAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAIS

- Secretaria Municipal de Saúde
- · Unidade Básica de Saúde NIS II Mirador
- Unidade Básica de Saúde NIS I Quatro Marcos (Distrito)
- Clínica Odontológica Mirador
- Clínica Odontológica Quatro Marcos



EQUIPES DE SAÚDE

IDENTIFICADOR INE	FICADOR INE CODIGO TIPO DE EQUIPE NOME		NOME	CNES	ESTABELECIMENTO
0002063174	0001	71-ESB – Equipe de Saúde Bucal	ESB MIRADOR	2754398	NIS II MIRADOR
0000391565	0001	70-ESF – Equipe de Saúde da Familia	ESF MIRADOR	2754398	NIS II MIRADOR

PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

•		_			
		1° QUA	DRIMESTRE 2	2025	
PROCEDIMENTOS/SERVIÇOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
CONSULTAS MÉDICAS NIS I E NIS II	560	350	564	565	2.039
VISITAS DOMICILIARES PROFISSIONAIS NÍVEL MÉDIO	172	34	107	94	407
CONSULTA DE PRÉ-NATAL	16	14	28	26	84
CONSULTAS DE ENFERMAGEM	176	186	281	521	1.164
AFERIÇÃO DE PRESSÃO	607	344	633	607	2.191
AFERIÇÃO DE TEMPERATURA	90	72	121	95	378
AFERIÇÃO DE PESO	145	89	117	42	393
GLICEMIA CAPILAR	200	66	159	147	572
CURATIVOS	50	08	37	25	120
ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	242	152	297	411	1.102
PREVENTIVO DO COLO DO ÚTERO	05	03	05	04	17
MAMOGRAFIA	0	10	01	33	44
				G) A	

PRODUCÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

				1° QU	ADRIMI	STRE	2025			
PROCEDIMENTOS/SERVIÇOS	JAN	EIRO	FEVE	REIRO	MAR	RÇO	AB	RIL	TO.	TAL
VISITAS DOMICILIARES AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1.0	1.090		1.236		1.056		1.308		690
ISITAS RESIDENCIAIS AGENTE DE COMBATE A INDEMIAS - ACE	590		59	91	683		683		2.547	
CONSULTAS ESPECIALIZADAS AGENDADAS AGENDAMENTO)	213		45	59	369		493		1.534	
UMERO DE PACIENTES FALTOSOS EM ONSULTAS AGENDADAS	25		8	9	86		82		282	
IÚMERO DE PACIENTES FALTOSOS EM XAMES AGENDADOS	90		113		12	127		149		79
NSPEÇÕES SANITÁRIAS	C)1	11		14		13		39	
ASOS DE DENGUE NOTIFICADOS E POSITIVOS	04 NOT	02 POS	14 NOT	06 POS	38 NOT	14 POS	40 NOT	20 POS	96 NOT	42 PC
EMANDAS REGISTRADAS NA OUVIDORIA DE AÚDE	C)2	0	3	0	2	C)1	0	8
IÚMERO DE EXAMES DE SANGUE COLETADOS	1.8	302	2.4	186	1.7	99	2.4	133	8.5	520
ACIENTES ATENDIDOS NA FARMÁCIA (MÊS)	1.7	724	1.9	921	1.8	95	3.4	119	8.9	959
ÚMERO DE PASSAGENS (TFD)	C)1	0	2	0	4	04		11	
ÚMERO DE VIAGENS DE CARRO TRANSPORTE E PACIENTES (TFD)	C)1	0	1	02		01		05	

PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

		1° Ql	JADRIMESTRE	2025	
PROCEDIMENTOS/SERVIÇOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
CONSULTAS PSICOLÓGICAS	FÉRIAS	49	102	122	273
ATENDIMENTOS DE FISIOTERAPIA	378	493	420	250	1.541
VACINAÇÃO	89	92	68	585	834
CONSULTAS ODONTOLÓGICAS	114	84	1	54	253
ATIVIDADES COLETIVAS (FLÚOR, BOCHECHO E ESCOVAÇÃO)	0	0	0	08	08
CONSULTAS MÉDICAS HOSPITAL SANTA MÔNICA - RONDON	43	66	98	45	252
INTERNAMENTOS HOSPITAL	08	24	13	18	63
CIRURGIAS ELETIVAS	03	08	04	02	17

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR 1ª AUDIÊNCIA DA SAÚDE RELATÓRIO QUADRIMESTRAL

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS - SAÚDE

JANEIRO A ABRIL/2025								
Tipo da Receita	1º	Quadrimestre	2°	Quadrimestre	3° (Quadrimestre	TC	TAL ANUAL
Fonte 000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$	748.275,61	R\$	-	R\$	-	R\$	748.275,61
Fonte 303 - Receitas Vinculadas - E. C. 29/00 - 15%	R\$	1.377.562,91	R\$	-	R\$	-	R\$	1.377.562,91
Fonte 304 - Alienação de Rec. do Fundo de Saúde	R\$	256,23	R\$	-	R\$	-	R\$	256,23
Fonte 494 - Bloco de Cust. das Ações e Serv. Púb. Saúde	R\$	199.748,10	R\$	-	R\$	-	R\$	199.748,10
Fonte 500 - Rec Inc. Fin. Inv. Atenção Primária - APSUS	R\$	8.190,41	R\$	-	R\$	-	R\$	8.190,41
Fonte 518 - Bloco de Investimento do SUS	R\$	35,72	R\$	-	R\$	-	R\$	35,72
Fonte 1051 - Transferências destinadas aos ACS e ACE	R\$	109.296,00	R\$	-	R\$	-	R\$	109.296,00
Fonte 1064 - Assistência Financeira do Piso de Enfermagem	R\$	35.134,80	R\$	-	R\$	-	R\$	35.134,80
Fonte 2017 - Emendas de Bancadas Saúde	R\$	5.393,57	R\$	-	R\$	-	R\$	5.393,57
TOTAL	R\$	2.483.893,35	R\$	-	R\$	-	R\$	2.483.893,35

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR 1ª AUDIÊNCIA DA SAÚDE RELATÓRIO QUADRIMESTRAL EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS - EMPENHADAS JANEIRO À ABRIL/2025

Cédina	Tine de Desnes	40.	Overduine e etue	20	Ou advisa a atua	20.0		T/	TAL ANUAL
Código	Tipo de Despesa		Quadrimestre		Quadrimestre		uadrimestre		
3171.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consorcio Público	R\$	22.057,06	R\$	-	R\$	-	R\$	22.057,06
3190.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$	962.972,17	R\$	-	R\$	-	R\$	962.972,17
3190.13.00.00.00	Obrigações Patronais	R\$	128.482,04	R\$	-	R\$	-	R\$	128.482,04
3190.94.00.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$	26.287,87	R\$	-	R\$	-	R\$	26.287,87
3371.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consorcio Público	R\$	19.548,03	R\$	-	R\$	-	R\$	19.548,03
3372.39.00.00.00	Outros Ser. de Terceiros - Pessoa Jurídica-CIS	R\$	146.621,32	R\$	-	R\$	-	R\$	146.621,32
3390.14.00.00.00	Diarias	R\$	7.450,93	R\$	-	R\$	-	R\$	7.450,93
3390.30.00.00.00	Material de Consumo	R\$	523.926,31	R\$	-	R\$	-	R\$	523.926,31
3390.32.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	R\$	464.958,75	R\$	-	R\$	-	R\$	464.958,75
3390.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contrato	R\$	12.555,96	R\$	-	R\$	-	R\$	12.555,96
3390.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	7.726,27	R\$	-	R\$	-	R\$	7.726,27
3390.37.00.00.00	Locação de Mão-de-Obra	R\$	22.500,00	R\$	-	R\$	-	R\$	22.500,00
3390.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	322.053,31	R\$	-	R\$	-	R\$	322.053,31
3390.40.00.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comum.	R\$	5.028,08	R\$	-	R\$	-	R\$	5.028,08
3390.46.00.00.00	Auxilio - Alimentação	R\$	69.496,87	R\$	-	R\$	-	R\$	69.496,87
3390.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	2.511,25	R\$	-	R\$	-	R\$	2.511,25
3390.48.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$	8.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	8.000,00
4471.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consorcio Público	R\$	9,94	R\$	-	R\$	-	R\$	9,94
4490.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente	R\$	330.300,00	R\$	-	R\$	-	R\$	330.300,00
	TOTAL	R\$	3.082.486,16	R\$	-	R\$	-	R\$	3.082.486,16
	Percentual no Quadrimestre								

Rateio pe	Rateio pela Participação em Consórcio Público											
Tipo de Despesa por Elemento	1º Quadrimestre		2º (Quadrimestre	Irimestre 3° Quadrimestre			TOTAL ANUAL				
Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS	R\$	172.750,21	R\$	-	R\$	-	R\$	172.750,21				
CIUENP - SAMU	R\$	14.451,20	R\$	-	R\$	-	R\$	14.451,20				
Consórcio Intergestores Paraná Saúde	R\$	1.034,94	R\$	-	R\$	-	R\$	1.034,94				
TOTAL	R\$	188.236,35	R\$	-	R\$	-	R\$	188.236,35				
Percentual no Quadrimestre												

33.90.30.0	0.00.0	00 - MATERIA	L DE C	ONSUMO				
Tipo de Despesa por Elemento	1º Q	uadrimestre	2º Qu	adrimestre	3º Qu	adrimestre	TO	TAL ANUAL
Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	R\$	192.101,27	R\$		R\$	-	R\$	192.101,27
Gás Engarrafado	R\$	114,00	R\$		R\$	-	R\$	114,00
Gêneros de Alimentação	R\$	15.577,62	R\$	-	R\$	-	R\$	15.577,62
Material Odontológico	R\$	45.142,55	R\$		R\$	-	R\$	45.142,55
Material de Expediente	R\$	7.790,50	R\$		R\$	-	R\$	7.790,50
Material de Processamento de Dados	R\$	2.488,40	R\$		R\$	-	R\$	2.488,40
Material de Limpeza e Produção de Higienização	R\$	21.801,28	R\$	-	R\$	-	R\$	21.801,28
Material de Uniformes, Tecidos e Aviamentos	R\$	4.429,00	R\$		R\$	-	R\$	4.429,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	R\$	7.150,53	R\$		R\$	-	R\$	7.150,53
Material para Manutenção de Bens Móveis	R\$	100,00	R\$	-	R\$	-	R\$	100,00
Material Hospitalar	R\$	95.445,85	R\$	-	R\$	-	R\$	95.445,85
Material para Manutenção de Veículos	R\$	131.265,31	R\$	-	R\$	-	R\$	131.265,31
Material de Sinalização Visual e Afins	R\$	520,00	R\$	-	R\$	-	R\$	520,00
TOTAL	R\$	523.926,31	R\$	-	R\$	-	R\$	523.926,31
Parcentual no Quadrimectro								

33.90.39.00.00.00 - OUTROS	33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA											
Tipo de Despesa por Elemento	1º C	Quadrimestre	2º Q	uadrimestre	3º C	Quadrimestre	TO	TAL ANUAL				
Comissões, Corretagens e Custódia	R\$	54,08	R\$	-	R\$	-	R\$	54,08				
Locação de Máquinas e Equipamentos	R\$	2.000,00	R\$	-	R\$	-	R\$	2.000,00				
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	R\$	960,00	R\$	-	R\$	-	R\$	960,00				
Manutenção e Conservação de Veículos	R\$	20.995,91	R\$	-	R\$	-	R\$	20.995,91				
Multas Indedutivéis	R\$	1.277,72	R\$	-	R\$	-	R\$	1.277,72				
Fornecimento de Alimentação	R\$	9.269,00	R\$	-	R\$	-	R\$	9.269,00				
Serviços de Energia Elétrica	R\$	29.935,98	R\$	-	R\$	-	R\$	29.935,98				
Serviços de Água e Esgoto	R\$	3.145,17	R\$	-	R\$	-	R\$	3.145,17				
Serviços de Comunicação em Geral	R\$	911,18	R\$	-	R\$	-	R\$	911,18				
Serviço de Seleção e Treinamento	R\$	2.600,00	R\$	-	R\$	-	R\$	2.600,00				
Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial	R\$	199.982,84	R\$	-	R\$	-	R\$	199.982,84				
Serviços de Telecomunicações	R\$	719,20	R\$	-	R\$	-	R\$	719,20				
Seguros em Geral	R\$	36.463,41	R\$	-	R\$	-	R\$	36.463,41				
Hospedagens	R\$	2.125,20	R\$	-	R\$	-	R\$	2.125,20				
Serviços Bancários	R\$	261,18	R\$	-	R\$	-	R\$	261,18				
Serviços de Controle Ambiental	R\$	8.400,00	R\$	-	R\$	-	R\$	8.400,00				
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	2.952,44	R\$	-	R\$	-	R\$	2.952,44				
TOTAL	. R\$	322.053,31	R\$	-	R\$	-	R\$	322.053,31				
Percentual no Quadrimestre												

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR 1ª AUDIÊNCIA DA SAÚDE **RELATÓRIO QUADRIMESTRAL** EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS - PAGO JANEIRO À ABRIL/2025 Código Tipo de Despesa 171.70.00.00.00 Rateio pela Participação em Consorcio Público 1º Quadrimestre | 2º Quadrimestre | 3º Quadrimestre | TOTAL ANUAL 22.057,06 962.972,17 3190.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas 128.482,04 26.287,87 3190.13.00.00.00 Obrigações Patronais 128.482,04 190.94.00.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 26.287,87 19.548,03 19.548,03 146.621,32 146.621,32 372.39.00.00.00 Outros Ser. de Terceiros - Pessoa Jurídica-CIS 6.574,35 481.765,64 390.30.00.00.00 Material de Consumo 407.149,42 407.149,42 390.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomoção 12.555.96 12.555.96 7.726,27 22.500,00 390.36.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 316.761,95 316.761,95 5.028,08 5.028,08 390.47.00.00.00 Obrigações Tributarias e Contributivas 2.511,25 R 2.511,25 8.000,00 4471.70.00.00.00 Rateio pela Participação em Consorcio Público 12.300.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR 1ª AUDIÊNCIA DA SAÚDE RELATÓRIO QUADRIMESTRAL EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS - A PAGAR ACUMULADO JANEIRO À ABRIL/2025										
Código	Tipo de Despesa	1º G	Quadrimestre	e 2º Quadrimestre		3° Quadrim	estre			
3390.14.00.00.00	Diárias	R\$	876,58	R\$	-	R\$	-			
3390.30.00.00.00	Material de Consumo	R\$	42.160,67	R\$	-	R\$	-			
3390.32.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	R\$	57.809,33	R\$	-	R\$	-			
3390.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.291,36	R\$	-	R\$	-			
3390.46.00.00.00	Auxílio-Alimentação	R\$	15.891,24	R\$	-	R\$	-			
4490.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R\$	318.000,00	R\$	-	R\$	-			
	TOTAL	R\$	440.029,18	R\$	-	R\$	-			

TOTAL R\$ 2.642.456,98 R\$

R\$ 2.642.456,98

R\$

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR 1º AUDIÊNCIA DA SAÚDE RELATÓRIO QUADRIMESTRAL								
EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM SAÚDE JANEIRO À ABRIL/2025								
DESCRIÇÃO	Índice Anual 2024	1° Quadrimestre - 2025	2° Quadrimestre - 2025	3° Quadrimestre - 2025				

Limite Mínimo em Aplicação na Saúde

Fonte 494 - Bloco Cust. das Ações e Serv. Púb. Saúde... 199.748,10

Técnica

Comissão

Técnica

Media

Media

3ºbimestre

3ºbimestre

4ºbimestre

4ºbimestre

4°bimestre

Equipe

MC:

rede.

Equipe

intersetorial

estudo

Liberdade Assistida e Prestação de Complexidade

Complexidade

intersetorial

Atendimento

Socioeducativo,

CMDCA, atores da

3190.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas.

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR 1ª AUDIÊNCIA DA SAÚDE BOLETIM DIARIO DE TESOURARIA - (B. D. T.) Período: 01/01/2025 à 30/04/2025										
BANCOS	SA	ALDO ANT.	DEPOSITOS		F	RETIRADAS	SALDO ATUAL			
Banco do Brasil - 13069-9 - FMS 15% Saúde	R\$	90.786,54	R\$	3.337.913,58	R\$	3.292.376,12	R\$	136.324,00		
Banco do Brasil - 13379-5 - FMS Alienação Saúde	R\$	9.656,14	R\$	2.716,23	R\$	4.920,00	R\$	7.452,37		
Banco do Brasil - 21451-5 - FMS Custeio SUS	R\$	405.630,79	R\$	1.143.251,49	R\$	1.543.049,03	R\$	5.833,25		
Banco do Brasil - 21459-0 - FMS Investimento SUS	R\$	1.172,88	R\$	35,72	R\$	-	R\$	1.208,60		
Banco do Brasil - 25083-X - FMS FAF Estadual Custeio	R\$	-	R\$	150.881,97	R\$	129.157,89	R\$	21.724,08		
Banco do Brasil - 25084-8 - FMS FAF Estadual Investimento	R\$	268.915,60	R\$	8.190,41	R\$	-	R\$	277.106,01		
Banco do Brasil - 25444-4 - FMS Enfermagem	R\$	124,65	R\$	101.587,88	R\$	98.019,60	R\$	3.692,93		
Banco do Brasil - 27660-X - Emenda Saúde Custeio	R\$	-	R\$	889.479,42	R\$	869.362,22	R\$	20.117,20		
Banco do Brasil - 27662-6 - Emenda Saúde Custeio	R\$	-	R\$	301.190,52	R\$	301.190,52	R\$	-		
Banco do Brasil - 27739-8 - Serv. Prest. Fat. SUS	R\$	-	R\$	2.769,02	R\$	1.376,96	R\$	1.392,06		
TOTAL EM 30/04/2025	R\$	776.286,60	R\$	5.938.016,24	R\$	6.239.452,34	R\$	474.850,50		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR Estado do Paraná										

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRADOR Estado do Paraná - BALANCETE DA SAÚDE- CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES - JANEIRO À ABRIL DE 2025										
R E C E I T A D E S P E S A										
TÍTULOS	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$					
ORÇAMENTÁRIA:			ORÇAMENTÁRIA:							
Fonte 000 - Recursos Livres	748.275,61		3171.70.00 - Rateio pela Part. em Consórcio Público	22.057,06						
Fonte 303 - Receita 15% Saúde	1.377.562,91		3190.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	962.972,17						
Fonte 304 - Alienação Fundo de Saúde	256,23		3190.13.00 - Obrigações patronais	128.482,04						

,			, ,		
Fonte 500 - Rec Inc Fin. Inv. Atenção Primária - APSUS	8.190,41		3371.70.00 - Rateio pela Part. em Consórcio Público	19.548,03	
Fonte 518 - Bloco de Investimento do SUS	35,72		3372.39.00 - Outros Serv. Terceiros - P. Jur. Cis	146.621,32	
Fonte 1051 - Transferências destinadas aos ACS e ACE.	109.296,00		3390.14.00 - Diárias	7.450,93	
Fonte 1064 - Assistência Fin. do Piso de Enfermagem	35.134,80		3390.30.00 - Material de Consumo	523.926,31	
Fonte 2017 - Emendas de Bancadas Saúde	5.393,57		3390.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/ Dist. Gratuita.	464.958,75	
			3390.34.00 - Outras Desp. Pessoal Dec. Contrato	12.555,96	
			3390.36.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Fisica	7.726,27	
			3390.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	22.500,00	
			3390.39.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	322.053,31	
			3390.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação	5.028,08	
			3390.46.00 - Auxilio-Alimentação	69.496,87	
			3390.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	2.511,25	
			3390.48.00 - Outros Auxílios Fin. a Pessoas Físicas	8.000,00	
			3390.93.00 - Indenizações e Restituições	0,00	
			4471.70.00 - Rateio pela Part. Em Consórcio Público	9,94	
			4490.52.00 - Equipamento e Material Permanente	330.300,00	
		2.483.893.35			3.082.486,1
TOTAL DA RECEITA ORCAMENTÁRIA			TOTAL DA DESPESA ORCAMENTÁRIA		3.082.486.1
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA:		2.403.033,33	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		3.002.400, 1
Contas a Pagar de 2025	440.029.18		Contas Paga - Extra-Orçamentária	0.00	
Depósito em consignação	0,00		Depósitos em consignações	0,00	
Outras Operações	0.00		Restos Pagos de Anos Anteriores	0.00	
Receita Recebida de 2024/2025.	0.00		Receitas a Receber de 2025 (Fonte 000)	142.872.47	
TOTAL DA REC. EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	440 029 18	TOTAL DA DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	112.072,11	142.872.4
DISPONÍVEL:		1 131020,10	DISPONÍVEL:		, ,2,0,2,4
Saldo do ANO anterior:			Saldo para o MÊS/ANO seguinte:		
Banco	776.286,60	776.286,60	-	474.850,50	474.850,5
TOTAL GERAL		,	TOTAL GERAL		3.700.209,1

Transições e despedidas.

adolescentes - histórico:

Acompanhamento socioeducativo no SUAS;

atribuições/competências

SINASE e SUAS:

meio aberto;

vigente; SINASE e SUAS;

Assistência Pública a crianças

Medidas socioeducativas - legislação

Intersetorialidade como eixo fundante da

Socioeducação: políticas de saúde,

Orientações, instrumentos e técnicas do

Serviço de Medidas Socioeducativas em

básicas, procedimentos, metodologias e

Serviços à Comunidade: conceitos, regras MC;

educação, esporte, lazer e trabalho; Comissão Intersetorial

Orientações metodológicas: diagnostico e elaboração PIA/

Plano Individual de Atendimento

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO PARANÁ/PR - CMDCA Rua Platão, 1858 - CFP 87750-000 - cc n - (44)3447-1756

Resolução nº.03/2025

SÚMULA: Aprovar Adesão, Plano de Ação e Plano de Trabalho da Deliberação nº13/2025 CEDCA/PR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.499/2000, de 11/01/2000, e considerando a plenária realizada na data de 22/05/2025

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar <u>adesão</u> da Deliberação nº13/2025 CEDCA - Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direito de Criancas e Adolescentes

Art. 2º - Aprovar Plano de Ação da Deliberação nº13/2025 CEDCA - Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direito de Crianças e Adolescentes, conforme

Art. 3º - Aprovar <u>Plano de Trabalho</u> da Deliberação nº13/2025 CEDCA - Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direito de Crianças e Adolescentes, conforme segue:

[DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 - CEDCA/PR

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 – Dados Cadastrais do Órgão Gestor: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Município ALTO PARANÁ

CNPJ 76.279.967/0001-16 Endereço RUA PLATÃO 1858

Telefone (44) 3447-1756

E-mail institucional: secretariaassistenciasocial@altoparana.pr.gov.br

2. DIAGNÓSTICO

O município de Alto Paraná possui população de 13.909 (CENSO 2022), sendo 3.785 pessoas de 0 a 19 anos, representando em torno de 26% do total, não contendo recorte etário específico de 0 a 18 anos (criança e adolescente). Segundo dados do MEC/INEP apresentados no Caderno IPARDES, em 2024 o

município contou com 2.676 crianças/adolescentes matriculados em CMEI, Préescola, Ensino Fundamental e Médio.
Os dados do CECAD/CADASTRO ÚNICO de fevereiro/2025 apresentam população infantojuvenil inscrita de 0 a 17 anos totalizando 2.317 pessoas, 1.575 beneficiárias

do PBF, assim distribuídos: 0 a 4 anos - 628; 5 e 6 anos - 305; 7 a 15 anos - 1.163;

Das ações executadas no CRAS, o Relatório Mensal de Atendimento ano 2024 apresenta média mensal de 214 crianças/adolescentes que participaram das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos, sendo concedidos 8 auxílios

natalidade. O RMA também registra que 70 crianças/adolescentes são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência

Para o público da primeira infância, foi executado até início de 2023 o Programa Criança Feliz cuja meta de atendimento é de 100 usuários/famílias, constando no planejamento retornar as ações do programa tão logo se efetive a contratação de

No que diz respeito a situações de violências diversas atendidas pelo Conselho Tutelar, o SIPIA possui registro de 175 casos em 2024, gerando diversos encaminhamentos aos serviços da rede de proteção. O serviço de acolhimento institucional casa lar registrou 8 crianças/adolescentes que foram atendidas ao longo de 2024 com essa medida de proteção. Já o serviço de medidas socioeducativa registrou nos últimos 12 meses 04 adolescentes admitidos para cumprimento de LA e 04 adolescentes admitidos para cumprimento de PSC.

Para atendimento do público infantojuvenil, no âmbito da assistência social é ofertado Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com reuniões grupais semanais, de acordo com a faixa etária, com duas educadoras sociais e oficinas diversas, conforme disponibilidade financeira e orçamentária; atendimento às situações de violações de direito através da Equipe de Proteção Social Especial serviços de acolhimento casa lar e família acolhedora pra os casos de rompimento com vínculos familiares. Na área da saúde são ofertados atendimentos da rede básica de saúde e realizados encaminhamentos especializados conforme necessidade e disponibilidade. Em educação, são ofertadas educação infantil, fundamental e médio conforme preconizado pela política de educação, contando com equipe multidisciplinar para atendimentos as crianças e adolescentes que demandam acompanhamento particularizado. Quanto aos servicos ofertados pela rede. o Conselho Tutelar oferta atendimento visando a proteção e defesa de direitos; através de entidades é ofertado SCFV para crianças e adolescentes com oficinas na área artística e de esporte, e também com centro dia para pessoas com deficiência. No que diz respeito a espaços abertos de brincar e para convivência familiar e comunitária, o município conta praças públicas diversas, possuindo em três delas parques infantis (playground), um em cada distrito (Alto Paraná, Maristela e Santa Maria) 3. CARACTERIZAÇÃO

O Servico de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCEV para crianças e adolescentes ocorre semanalmente, com reuniões grupais de acordo com a faixa etária, sendo conduzido por duas educadoras sociais, contando também com oficinas diversas (cultura/esporte/lazer/arte), conforme disponibilidade financeira e orçamentária.

Eixo 3 – Direito à convivência familiar e comunitária e Eixo 4 - Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Obietivo Geral: -Ofertar ao público infantojuvenil oportunidades de acesso a arte, cultura e lazer,

importantes nessa fase de desenvolvimento; Oportunizar aprendizagem em informática e redação de textos oficiais a

adolescentes em preparação para o mercado de trabalho Objetivos Específicos:

-Complementar as ações socioassistenciais com oferta de oficinas artísticas e culturais de interesse das crianças e adolescentes;

-Assegurar maior conhecimento de informática e redação de textos oficiais a adolescentes em preparação para o mercado de trabalho Público Alvo: Crianças e adolescentes Meta de atendimento: atendidos pelo SCFV do CRAS. crianças/adolescentes. Metodologia: oficinas presenciais com oficineiros, além dos encontros com os educadores sociais.

Equipe Envolvida: equipe administrativa da secretaria de assistência social para organização e encaminhamentos da licitação para realização das oficinas e aquisição de instrumento; 2 Educadoras Sociais – 40h semanais/efetivas; Equipe técnica/efetivas do CRAS (assistente social e/ou psicóloga) para supervisão; 4

facilitadores de oficinas (contratadas). Cronograma de execução: semanal Periodicidade: semestral/anual. Local: CRAS, Distrito de Maristela e/ou Associação Arco Iris.

- Aguisição de teclado:
- Oficina de teclado: Oficina de dança;
- Oficina de circo infantil:
- Oficina de informática

A Convivência familiar e comunitária é oportunizada através do acesso a pracas públicas e espaços para o brincar e ao lazer, na qual o município dispõe de um parque infantil (playground) em cada distrito (Alto Paraná, Maristela e Santa Maria). Eixo 3 – Direito a convivência familiar e comunitária

Ofertar ao público infantojuvenil espaços para o brincar e para o lazer importantes nessa fase de desenvolvimento:

Assegurar espaços para convivência familiar e comunitária; Objetivos Específicos:

Ampliar a quantidade de espaços públicos com playgrounds para brincar e lazer. *Público Alvo*: crianças residentes nas *Meta de atendimento*: 500 crianças. proximidades/bairro

Metodología: aquisição/instalação de playgrounds para ampliação da quantidade de praças/ espaços públicos que ainda não possuem, localizados em área estratégica Equipe Envolvida: equipe administrativa da secretaria de assistência social para organização e encaminhamentos da licitação para aquisição dos equipamentos.

Cronograma de execução: primeiro semestre Local: Praça Central, Praça D. Pedro II (Capela), NOVO CMEI (em construção), Campão – parte de traz.

Aquisição de playground com e sem acessibilidade para a Praça Central Aquisição de playground para Praça D. Pedro II (Capela)

· Aquisição de playground para o NOVO CMEI (em construção) Aquisição de playground para o Campão

Semana para as crianças: Ações em comemoração ao dia das crianças. Eixo 4 – Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

Oportunizar acesso a programações de arte/cultura e lazer; Objetivos Específicos:

Ofertar programação de arte/cultura e lazer gratuita.

Público Alvo: Crianças e adolescentes | Meta de atendimento: aproximadamente atendidas pela rede de ensino do 2.000 crianças/adolescentes.

Metodologia: apresentações de arte circense para crianças e adolescentes inseridos na rede de ensino do município. Equipe Envolvida: equipe administrativa da secretaria de assistência social para organização e encaminhamentos da licitação e contratação do evento; parceria com

as escolas. Periodicidade: pontual. Cronograma de execução: mês outubro. Local: ginásio de esportes.

- Contratação apresentações de arte circense; Organização da programação.

Conselho Tutelar, órgão encarregado pela defesa aos direitos da criança e do adolescente, através da atuação de 5 conselheiras. Eixo 6 - Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do

Aprimorar o atendimento do Conselho Tutelar;

Objetivos Específicos: Adequar estrutura física para atendimento do Conselho Tutelar através da aquisição

de equipamentos e materiais permanentes Público Alvo: Conselho Tutelar. Meta de atendimento: equipar sede do CT.

Metodologia: aquisição de equipamentos e materiais permanentes para incremento da estrutura física da sede do CT.

Equipe Envolvida: equipe administrativa da secretaria de assistência social para organização e encaminhamentos da licitação para aquisição dos equipamentos e materiais permanentes. Periodicidade: pontual. Cronograma de execução: primeiro

Local: Sede do Conselho Tutelar.

Aquisição de equipamentos e materiais permanentes (ar condicionado, computadores, impressora, mesas, cadeiras, armários).

Os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade ofertados no município são: Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto; Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar e o Serviço de Acolhimento Familiar para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar como medida de proteção. Estes servicos contam com coordenadores, equipe técnica formada por assistente social e psicóloga, educador social e cuidadores residentes, possuindo trabalho intersetorial com os demais serviços da rede de proteção.

A Rede de Proteção é um sistema de apoio e defesa dos direitos da criança e adolescente cujo trabalho é conjunto, com metodologia intersetorial, que conta com o envolvimento das políticas de assistência social, saúde, educação, bem como das entidades de proteção social básica e especial para PCD, além do Conselho Tutelar, com apoio do CMDCA, com vistas a superação das várias formas de violências e vulnerabilidades sociais vivenciadas por crianças e adolescentes

Eixo 6 – Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Objetivo Geral

Assegurar aprimoramento dos profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais de proteção social especial e para os que compõem a Rede de

Assegurar capacitação continuada aos profissionais que atuam nos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, bem como conselheiras

competências e atribuições profissionais; Contribuir para o nivelamento, atualização e/ou aperfeiçoamento da atuação

profissional conforme as normativas e orientações técnicas dos serviços. Promover maior conhecimento acerca das normativas que regulamentam os serviços ofertados bem como norteiam a atuação do Conselho Tutelar Sensibilizar os profissionais dos serviços quanto à importância da rotina e práticas cotidianas de acordo com os valores éticos, princípios educacionais e o projeto

político pedagógico dos serviços de acolhimento. Capacitar conselheiras tutelares para a operacionalização do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA Conselho Tutelar.

Promover maior conhecimento acerca dos Direitos da Criança e do Adolescente e legislações vigentes na área. Público Alvo: Profissionais dos Serviços da | Meta de atendimento: 70 pessoas.

Proteção Social Especial (MSE, Casa Lar e Família Acolhedora): Conselheiras Tutelares e profissionais da Rede de Proteção.

Metodologia: capacitação expositiva e dialogada, conforme temática principal, introdutória e/ou atualização, formato presencial, com duração de 4h a 8 horas cada

Equipe Envolvida: Coordenadores, Técnicos e demais trabalhadores dos serviços de MSE, Casa Lar e Família Acolhedora, atores da rede de proteção e conselheiras

Periodicidade: anual. Cronograma de execução: mensal. Local: Secretaria de Assistência Social.

Atividades: Capacitação conforme temáticas abaixo PÚBLICO ALVO CRONOGRAMA TEMÁTICA PRINCIPAL Introdução a legislação vigente e princípios que estruturam o serviço de acolhimento coordenadores, cuidadoras/ auxiliares da PSE Atribuições e competência dos atores; PPP na prática - ponto a ponto; Mediação de conflitos e construção de pactos de convivência: . Ser cuidador e o trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade: Crianças e adolescentes vítimas de Ética profissional e sigilo; A escuta compreensão do outro e escuta espontânea; Não revitimização; Orientação e construção compartilhada de um projeto de vida; Ética profissional e sigilo; A rotina do abrigo - aspecto Equipe Técnica. pedagógico/educacional; Saúde da criança: orientações, cuidados cuidadoras/ 1ºbimestre auxiliares da PSE básicos, primeiros socorros; Desenvolvimento infantil e acolhimento; AC. A complexidade dos diferentes públicos atendidos: bebês; crianças e adolescentes

(o brincar, escola, adolescência, resiliência/mediação de conflitos, sexualidade, o uso de álcool e substâncias psicoativa, adoção. Legislação vigente e princípios que estruturam os serviços de acolhimento institucional e familiar; Orientações metodológicas: diagnostico e elaboração PIA/ Equipe Técnica e Plano Individual de Atendimento; coordenadores dos Acompanhamento Familiar: serviços da Alta 2ºbimestre Articulação intersetorial; Complexidade Documentos - produção de documentos para a Rede e PJ; Projeto Político Pedagógico: elaboração e acompanhamento;

Atribuições e competência dos atores; Ética profissional e sigilo. Princípios/orientações específicas que estruturam os serviços de acolhimento Equipe Técnica e e SFA Orientações metodológicas acompanhamento familiar no SFA;

Configurações e relações familiares;

violação de direitos:

Crianca e adolescente e contexto de SFA

2ºbimestre Desenvolvimento Infantil Marco Legal - e conceitual sobre o Famílias acolhimento familiar; acolhedoras

Equipe técnica do

2°bimestre

DOADOR Prefeito do Município em exercício

Paraíso do Norte, 23 de maio de 2025.

Associação dos Funcionários da Prefeitura de

FINALIDADE: Utilização dos bens para fins sociais em beneficio dos servidores públicos e em

Paraíso do Norte DONATÁRIO Júlio Cesar Margonar Presidente

Testemunha:

Luciano de Souza Silva Diretor do Departamento de Administração

questões éticas. Acompanhamento socioeducativo no ECA e direitos da criança e do adolescente: Competências, atribuições, contribuições dos CTs: Ética profissional e sigilo; Conselheiras Trabalho em rede: Tutelares atendimento encaminhamentos: Acompanhamento de casos; Conselheiras Tutelares Marcos regulatórios que subsidiam as legislações da infância: Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente: Atores da Rede de 13.431/2017 – e Abordagem Proteção profissional As expressões da violência contra criança e adolescentes e seu enfrentamento: Políticas Públicas (AS, Educação, Saúde); Conselho Tutelar: atuação/atribuições e elaboração de documentos: Conselho Tutelar e a interface com a Rede, Políticas Públicas e Sistema Judiciário; O que é a Rede de proteção e o trabalho articulado; Abordagem profissional / "e qualificada" à criança e adolescente; profissional / "escuta Postura Profissional: ética e sigilo; Construção Fluxograma e Estudos de iunho – trabalho infantil.

CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÃO 18 de maio – exploração sexual infantil e 12 de . Eixo 2 – Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.

Realizar campanhas de mobilização contra violência sexual de crianças e adolescentes e contra o trabalho infantil; Objetivos Específicos:

Incrementar as campanhas de mobilização contra violência sexual de crianças e adolescentes e contra o trabalho infantil; Realizar abordagem lúdica na temática para crianças e adolescentes;

Promover capacitação para profissionais da rede de proteção. Público Alvo: Crianças e adolescentes | Meta de atendimento:

atendidos pelo Servico de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS e da Rede Municipal e Estadual de Educação: Profissionais dos Serviços da Proteção Social Especial (MSE, Casa Lar e Família Acolhedora): Conselheiras

Proteção.

Tutelares e profissionais da Rede de Metodologia: eventos presenciais com palestras lúdicas nas escolas para crianças

- 70 pessoas

- 2.000 crianças/adolescentes:

e adolescentes, palestra para os profissionais integrantes da rede de proteção; confecção de panfletos, faixas, banners e camisetas para eventos de mobilizações diversas dentro da temática a serem realizadas nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas integrantes da rede. Equipe envolvida: representantes dos serviços das políticas setoriais, integrantes da rede de proteção; membros do conselho tutelar e conselho de direitos.

Cronograma de execução: meses de maio e junho de cada ano.

Local: serviços públicos (ex.: CRAS, escolas, UBS's, prefeitura, entidades etc.).

Palestra lúdica em cada temática; Palestra para profissionais em cada temática; Confecção de Material gráfico para distribuição;

Campanha de mobilização nos serviços integrantes da rede de proteção com distribuição de material gráfico em cada temática

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE O presente plano de trabalho deverá ser monitorado a cada dois ou três meses

verificando o andamento das ações previstas bem como identificar as possíveis dificuldades a serem superadas para execução das ações. Para tanto, o relatório de monitoramento deverá conter o status/situação em que se encontra cada atividade prevista, bem como a indicação de possíveis encaminhamentos para sua conclusão ou superação das dificuldades. Na avaliação, o relatório de avaliação deverá conter o status/situação das atividades, o que foi realizado, o público alvo atendido, bem como os pontos positivos/negativos

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Alto Paraná, 23 de maio de 2025. Maria Rita de Souza



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE ESTADO DO PARANÁ 1878, 88 - CEP 87.780 - 000 - Fonc: (044) 3431-8000 - CNPJ: 75.476.556/0001-58

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

DOADOR: Município de Paraíso do Norte - PR, CNPJ nº 75.476.556/0001-58 DONATÁRIA: Associação dos Funcionários da Prefeitura de Paraíso do Norte - Paraná, CNPJ

OBJETO: Doação gratuita e irrevogável dos seguintes bens móveis:

01 (um) fogão industrial Dako Couraçado com forno (6 bocas), Patrimônio nº 5517; 02 (duas) mesas de madeira;

08 (oito) bancos de madeira; • 01 (uma) base de madeira para mesa

Walisson Fernando Marinelo

ivo: 48/2025

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789

O

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná Estado do Farana CNPJ Nº 76.279.967(1001-16 Rua José de Anchieta,1641–Fone/Fax:(44)447.1122–Cx. Postal 61–CEP:87750-000-Alto Paraná–PR E-mail: licitacao@altoparana.pr.gov.br - http://www.altoparana.pr.gov.br

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 014/2025

O MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ, Estado do Paraná, UASG: 987409, torna público para conhecimento dos interessados, que na forma do Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, realizará procedimento de DISPENSA ELETRÔNICA, tipo, menor preço POR ITEM, da seguinte forma:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GARANTIR A ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E SUPORTE TÉCNICO ADEQUADOS PARA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ- PR.

DATA/ HORÁRIO DA SESSÃO:30/05/2025, às 09:00 horas DATA LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: Até as 08:59 horas do dia 30/05/2025. VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 9.377,00 (nove mil trezentos e setenta e sete reais). LOCAL: www.licitanet.com.br, Portal: Plataforma Licitanet - Licitações Online LOCAL: www.licitanet.com.br. Portal: Plataforma Licitanet - Licitações Online inFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Setor de Licitações, na Rua José de Anchieta, nº 1641- Centro, ou pelo telefone: (44) 3447-1122, pelo site www.altoparana.pr.gov.br.

altoparana.pr.gov.br

CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná CNPI Nº 08.533.932.0001-01 los às Andrea (535-fondraz/4047.338 Cs. CEP #775-000 Alto Pr mil: prosttope@sitocarana.pr.gov.be-http://www.afcoperana.pr

PORTARIA Nº. 468/2025.

O Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais m fundamento no Art. 9°, da Lei Municipal n' 3.079/2019;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora, no cargo de Agente de Vigilância Sanităria 40h: Kâtia Cristina Alves Soares, matricula n °1-1129001, três meia diânias, em razão à sua participação na capacitação "Jornada de Inspetores da Vigilância Sanitária".

Parágrafo único A Capacitação será realizada nos días 26, 27, 28 e 29 de Maio de 2025. A atividade acontecerá das 13:00h ás 17:00h no día 26 de Maio, e das 08:00h ás 17:00h nes días 27, 28 e 29 de Maio, na Avenida Virgilio Manilia,21784-Járdim Ouro Cola, Maringá-PR.

Art. 2º O valor total das diárias autorizadas é de R\$719.04 (setecentos e dezènove reais e quatro centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.679/2019; Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Alto Paraná-PR 22 de Majo de 2025.

Claudemir Jóia Pereira Prefeito Municipa 18° Gestão Administrativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 08.533.532.0001-01
Rua José de Anchicta.1535-Fone-Fore(10417-325-5-x, CEP-#1756-000 Alto Parasi-Pit.
E-mail: pmaltopr@altoparana.pr.gov.br. http://www.altoparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 469/ 2025.

O Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9°, da Lei Municipal nº

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora, no cargo de Agente de Vigilância Sanitária 40h: Suzimara Vargas Gonçalves Falass da Silva, matricula nº1-21170401, três meia diárias, em razão à sua participação na capacitação "Jornada de Inspetores da Vigilância Sanitária".

Parágrafo único A Capacitação será realizada nos dias 26, 27, 28 e 29 de Maio de 2025. A atividade acontecerá das 13:00h ás 17:00h no dia 26 de Maio, e das 08:00h ás 17:00h nos dias 27, 28 e 29 de Maio, na Avenida Virgilio Manilia,21784-Jardim Ouro Cola, Maringá-PR.

Art. 2º O valor total das diárias autorizadas é de R\$719,04 (setecentos e reais e quatro centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Alto Paraná-PR, 22 de Maio de 2025

udemir Jóla Pereira



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR -CISAMUNPAR - PARANAVAÍ

Compras e Contratos Termo Homologação

nuta - Licitação: 46 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2025 cotaCr TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Minuta - Licitação: 2025 Número Dispensa Eletrônica Nº 17/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 87/2025.

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Eletrônica nº. 17/2025, o(s) participante(s):

	Ve	ncedores dos Ite	ens			
	HOPPING DA CONSTRUÇÃO ELETRICA LTDA					
	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Tota
1	SERVIÇO DE PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DEYWALL. USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METALICA DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METALICA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A SE CONTEMPLANDO FORNECIMENTO DE TODOS SMATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO		Serviço	15,75	R\$198,40	R\$3.124,8
2	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL, CONTEMPLANDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.	METROS QUADRADOS	Serviço	31,5	R\$27,60	R\$869,4
3	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM NA COR BRANCO FOSCO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS, CONTEMPLANDO FORNECIMENTO TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA PLENA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.	METROS QUADRADOS	Serviço	31,5	R\$15,70	R\$494,5
	•			Total	I do Fornecedor:	R\$4.488,7
					Total Geral:	R\$4.488,7

75 - 00.000.0000.3339039160000000000000000000000 - Manutenção e conservação de bens imóveis

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR

Paranavaí, 22 de maio de 2025

CIS

CISAMUNPAR - PARANAVA Compras e Contratos Termo Homologação

nuta - Licitação: 50 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2025 cotaCre TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Presencial Nº 20/2025 tivo: 50/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 87/2025.

- 1	ASSINATURA DIGITAL E ELETRÔNICA E-CPF A1	USUARIO		17	R\$89,00	R\$1.513,00
2	ASSINATURA DIGITAL E ELETRÔNICA E-CNPJ A1	USUARIO		1	R\$139,00	R\$139,00
Total do Fornecedor:						R\$1.652,00
					Total Geral:	R\$1.652,00

28 - 00.000.0000.3339040990100000000.00000000 - Emissão de Certificado Digita

DIREÇÃO GERAL CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 23 de maio de 2025

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR -

CIS

18/2025, o(s) participante(s)

de - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: - Minuta - Licitação: 48 codigoCliente: 25703 anol TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica Nº 18/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 87/2025.

			4	liaita a a a	abiata		Dianana	Clatelanian	-0
nexa,	considerando	vericedor	ua	iicitação,	objeto	ua	Disperisa	Eletronica	111".

Lote: 1	I - LOTE 1					
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Tota
1	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE CONTEMPLANDO FORNECIMENTO, PINTURA E INSTALAÇÃO	UNIDADE	Serviço	2	R\$379,90	R\$759,80
2	GRADIL EM FERRO REDONDO 3/8 E CANTONEIRA FIXADO EM VÃOS DE JANELAS 1,20MX1,20M, CONTEMPLANDO FORNECIMENTO, PINTURA E INSTALAÇÃO	UNIDADE	Serviço	4	R\$427,90	R\$1.711,60
3	GRADIL METALON 20X20, 1,45M X 2,50M - CORREDOR (FORNECIMENTO, PINTURA E INSTALAÇÃO)	UNIDADE	Serviço	1	R\$718,70	R\$718,70
4	GRADIL METALON 20X20, 5,45M X 2,50M COM PORTÃO (FORNECIMENTO, PINTURA E INSTALAÇÃO)	UNIDADE	Serviço	1	R\$2.693,20	R\$2.693,20
5	GRADE PARA ARMAZENAR 2 VASILHAMES DE GÁS DE COZINHA 13KG. 1,00MX70CMX70CM, COM TELA MALHA 5X5CM (FORNECIMENTO, PINTURA E INSTALAÇÃO)	UNIDADE	Serviço	1	R\$728,00	R\$728,00
6	RAMPA METÁLICA 80CMX1,00M CONTEMPLANDO FORNECIMENTO, PINTURA É INSTALAÇÃO	UNIDADE	Serviço	1	R\$404,30	R\$404,30
7	RAMPA METÁLICA 1,35CMX1,00M CONTEMPLANDO FORNECIMENTO. PINTURA E INSTALAÇÃO	UNIDADE	Serviço	1	R\$617,00	R\$617,00
8	RAMPA METÁLICA 1,00MX1,00M CONTEMPLANDO FORNECIMENTO, PINTURA E INSTALAÇÃO	UNIDADE	Serviço	1	R\$567,40	R\$567,40

75 - 00.000.0000.3339039160000000000000000000000 - Manutenção e conservação de bens imóveis

DIREÇÃO GERAL CIS/AMUNPAR



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

Extrato das Contratações

D DE CONTRATO: 36/2025 - PMSAC TANTE:PREFEITURA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ .TADA : A G SILVA

CONTRATADA: A G SILVA

ROGUISC: 09.00.20.8.24.00.20.2046.33.59.03.00 - 335

OBLETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SERVIÇO
SOCIAL CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL.
VALOR TOTAL: RS20.40.00

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: segunda-feira, 26 de maio de 2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 25 Maio 2026
Santo Aflorio do Calual (PR), sexti-afeira, 23 de maio de 2025.



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ Extrato das Contratações

EXTRATO DE CONTRATO: 36/2025 - PMSAC CONTRATANTE :PREFEITURA MU CONTRATADA : A G SILVA

09 002.08.24.002.02046.3.3.90.39.00 - 335
TRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SERVIÇO
ORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL. SOCIAL CONFURNIE SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL.

VALOR TOTAL : R\$22,040,00 (vinte e nove mil e quarenta reais)

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: segunda-feira, 26 de maio de 2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 25 Maio 2026

Santo Antônio do Caiuá (PR), sexta-feira, 23 de maio de 2025.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 007/2025

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão, Plano de Ação e Plano de Trabalho do município de Diamante do Norte - PR referente ao Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes -Deliberação 013/2025 CEDCA-PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Diamante do Norte – PR. no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 03/2007 e pela Lei Complementar nº 01/2025, Considerando reunião Ordinária do CMDCA realizada em 23 de maio de

2025; Considerando o Termo de Adesão que tem como objeto a Adesão ao

Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes para repasse de recurso estadual por meio do Fundo Estadual para Infância e Adolescência FIA/PR conforme Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR:

Considerando a necessidade do município em elaborar o Plano de Ação dos recursos do Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Fundo a Fundo - SIFF:

Considerando a necessidade de elaboração, apreciação e aprovação do Plano de Trabalho elaborado pelo município conforme artigo 9º da Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR;

Considerando a obrigatoriedade de análise prévia, submissão e aprovação do Termo de Adesão, do Plano de Ação e do Plano de Trabalho referente à Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR pelo Conselho Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente – CMDCA de Diamante do Norte-PR:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão referente ao Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - por meio do Fundo

Estadual para Infância e Adolescência FIA/PR conforme Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR:

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação do município de Diamante do Norte - PR referente ao Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - por meio do Fundo Estadual para Infância e Adolescência FIA/PR conforme Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR;

Art. 3º Aprovar o Plano de Trabalho do município de Diamante do Norte -PR referente ao Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - por meio do Fundo Estadual para Infância e Adolescência FIA/PR conforme Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR:

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Diamante do Norte - PR, 23 de maio de 2025

SMADS



Glaucia Carrilho da Silva Borghi Presidente CMDCA



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ - CNPJ. 76.972.082/0001-06 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 CEDCA/PR PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

is do Órgão Gostor

1.1 - De	idos cadastrais do Orgao Ces	stor.
Município:	Diamante do Norte	CNPJ: 76.972.082/0001-06
Endereço: f 771	Rua Augusto Primo Negrine nº	CEP: 87.990-000
Telefone: (4	4) 3900-3955	E-mail institucional: assistenciasocial@diamantedonorte.pr.gov.br
		vel pela Política da Criança e do Adolescente
Grazielle Ca	no de Oliveira Correa	
Telefone	Celular (44) 9111-8646	E-mail: grazicano.correa@gmail.com

Eixo 2: Direito à Liberdade ao Respeito e à Dignidade

Nome do Programa/Serviço: Mães em Harmonia: Construindo Vínculos desde a Local/endereco onde será execultado o programa/servico: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Endereço: Avenida Paraná, 819

Nome do Programa/Serviço: Caminhos para a Dignidade: Programa de Proteção e Inclusão de Crianças e Adolescentes

Local/endereço onde será execultado o programa/serviço: Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vinculo - SCFV de 6 a 15 - "Florecer em mim" , Endereço: Rua Daikiti Kita,

Eixo 4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Nome do Programa/Serviço: "Educar, Brincar e Criar: Programa de Acesso e Inclusão na Educação, Cultura e Esporte

Local/endereço onde será execultado o progrma/serviço: Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vinculo – SCFV de 6 a 15 – "Florecer em mim", Endereço: Rua Daikiti Kita Nº651.

Eixo 6. Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e

Nome do Programa/Serviço: "FortaleSer: Programa de Apoio e Capacitação para a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Local/endereço onde será execultado o programa/serviço: Sede da Secretaria Municipal de Assistencia Social e Conselho Tutelar, Endereço: Rua Augusto Primo Negrine, 771.

2. DIAGNÓSTICO

O município de Diamante do Norte, localizado no Noroeste do Paraná e com uma população de 5.164 habitantes segundo o Censo IBGE 2024, enfrenta desafios significativos no atendimento a crianças e adolescentes. Classificado como pequeno porte I, a principal fonte de renda da população é a agricultura, que, embora predominante, tem mostrado uma queda nas atividades e uma crescente desqualificação da mão de obra, resultando em aumento do desemprego e da pobreza

mente, cerca de 955 famílias estão inscritas no Cadastro Único, das quais 563 possuem 649 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. Destas, 509 crianças e adolescentes vivem abaixo da linha de pobreza. Essa realidade é agravada pela baixa escolaridade da população, dificuldade de inserção no mercado de trabalho fora das atividades agrícolas e acesso limitado a serviços públicos, que são insuficientes para atender à demanda existente

A população enfrenta problemas sociais significativos, como alcoolismo, depressão e violência, que não se restringem apenas a famílias de baixa renda, mas também afetam famílias economicamente estáveis, indicando a presenca de determinantes socioculturais complexos. O atendimento a essas questões, como o alcoolismo e a violência doméstica, é precário e superficial, necessitando de mais profissionais e uma reavaliação dos serviços de saúde e assistência social

Além disso, a falta de acesso a opções de lazer e a baixa autoestima são características marcantes da população, que frequentemente se vê dependente de ações assistencialistas. A concentração de famílias em situação de pobreza ainda não

é claramente identificável em áreas específicas, mas há indícios de que essa situação tende a se agravar nas periferias do município.

Apesar dos desafios, o município apresenta potencialidades, como a rede de serviços oferecidos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Na saúde, há uma Secretaria Municipal de Saúde, um Hospital Municipal e duas Equipes de Estratégia Saúde da Família. Na educação, o município conta com um centro municipal de educação infantil, uma pré-escola e uma escola de ensino fundamental, além de uma escola estadual de ensino médio.

No que diz respeito à proteção dos direitos, existem um Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e o município está em fase de implantação da rede de garantia de direitos da criança e do adolescente

A Política de Assistência Social no município é estruturada por meio da

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que desempenha um papel crucial na oferta de proteção social especial, mesmo na ausência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Para garantir o atendimento às necessidades da população, a secretaria implementa a Proteção Social Básica através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Essas iniciativas visam proporcionar suporte e acolhimento às famílias e indivíduos

em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento social e o fortalecimento de vínculos comunitários. O CRAS atua como um ponto de referência para a população, oferecendo orientações, serviços e atividades que buscam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Já o SCFV complementa essa atuação, oferecendo atividades lúdicas, culturais e esportivas que promovem a convivência e o fortalecimento de lacos. contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento integral de crianças e

adolescentes Assim, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social se empenha em garantir que os direitos sociais sejam efetivados, proporcionando um

atendimento de qualidade e promovendo a cidadania e a dignidade das pessoas

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Diamante do Norte desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar da comunidade, desenvolvendo diversas atividades, entre elas o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e um Grupo de Gestantes.

vulnerabilidade, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Além disso, o Grupo de Gestantes é uma iniciativa importante que proporciona

No âmbito do PAIF, o CRAS oferece suporte às famílias em situação de

acompanhamento e orientação às futuras mães durante a gravidez. Este grupo visa promover a saúde materno-infantil, oferecendo informações sobre cuidados gestacionais, alimentação saudável, pré-natal e aspectos emocionais da maternidade. Por meio dessas atividades, o CRAS de Diamante do Norte não apenas apoia as gestantes, mas também contribui para a formação de uma rede de apoio, ajudando as mulheres a se sentirem mais preparadas e confiantes durante esse período tão

significativo em suas vidas. Assim, o CRAS reafirma seu compromisso com a

promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas, impactando positivamente a comunidade como um todo. O Servico de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desempenha um papel crucial ao adotar uma abordagem preventiva, protetiva e proativa. Seu foco está na defesa e afirmação dos direitos dos usuários, além do desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, com o objetivo de oferecer alternativas para enfrentar as vulnerabilidades sociais que afetam crianças e

adolescentes Nos grupos do SCFV, são promovidas atividades lúdicas que incluem artes, cultura, esportes e recreação. Essas iniciativas visam não apenas fomentar a convivência, mas também ressignificar experiências conflituosas e traumáticas vivenciadas pelos participantes. As experiências proporcionadas pelo Serviço são valiosas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de comunicação mais eficazes e para a formação de relações afetivas positivas, que são essenciais para o

Além disso, o SCFV valoriza a cultura local e os saberes tradicionais. permitindo que os usuários se conectem com sua identidade e fortaleçam suas raízes. O ambiente do Serviço facilita a socialização, cultivando um forte sentimento de pertencimento à comunidade, o que é fundamental para o desenvolvimento social.

bem-estar emocional.

O SCFV também apoia os participantes na reflexão sobre suas metas e aspirações, favorecendo a construção de projetos de vida significativos. Ao incentivar a participação ativa na comunidade, o Serviço estimula o engajamento social e a cidadania, promovendo um espaço onde todos se sintam valorizados e parte

Dessa forma, o SCFV se estabelece como um ambiente essencial para o desenvolvimento integral dos usuários, oferecendo experiências que ajudam a superar vulnerabilidades e a construir um futuro mais esperançoso e promissor.

Atualmente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) atende 80 crianças e adolescentes, que participam ativamente das diversas atividades oferecidas. Esse número demonstra o impacto significativo do Serviço na comunidade, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento integral dos jovens. As atividades lúdicas, culturais e esportivas realizadas no SCFV têm contribuído para a promoção da convivência, o fortalecimento de vínculos e a ressignificação de experiências, desempenhando um papel fundamental na vida desses jovens e ajudando a mitigar as vulnerabilidades sociais que enfrentam. Com essa participação expressiva, o SCFV reafirma seu compromisso em apoiar o crescimento e a inclusão social de cada um dos seus usuários, promovendo um futuro mais promissor

O município de Diamante do Norte conta com um Conselho Tutelar, um órgão essencial na proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. O Conselho atua de forma autônoma, sendo responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e oferecendo suporte em situações de vulnerabilidade e risco.

A atuação dos conselheiros tutelares é crucial para garantir que as crianças e adolescentes tenham acesso a uma infância digna, livre de abusos e negligências, Além de promover ações de prevenção e orientação, o Conselho envolve a

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.789

comunidade e as famílias no fortalecimento de vínculos e na construção de um ambiente seguro e acolhedor para os jovens.

Para que o Conselho Tutelar desempenhe suas funções de maneira eficaz, é fundamental que os conselheiros recebam capacitação contínua. Isso inclui treinamentos sobre legislação, técnicas de mediação, abordagem de casos complexos e temas relacionados à saúde e educação. A capacitação é vital para que os conselheiros estejam bem informados e preparados para lidar com as diversas situações que podem surgir no exercício de suas funções.

Além disso, a aquisição de equipamentos de informática e audiovisuais é uma necessidade urgente para o Conselho Tutelar. Com tecnologia adequada, os conselheiros poderão registrar e gerenciar informações de forma mais eficiente, facilitando a comunicação e a troca de dados com outras instituições. Equipamentos audiovisuais também podem ser utilizados em campanhas de conscientização e formação, ampliando o alcance das ações do Conselho.

Portanto, a capacitação contínua e a aquisição de equipamentos adequados não apenas fortalecem a atuação do Conselho Tutelar em Diamante do Norte, mas também contribuem para a efetivação dos direitos das crianças e adoles garantindo um atendimento de qualidade e promovendo um ambiente mais seguro e protetivo para os jovens do município

A rede de proteção de Diamante do Norte encontra-se em formação, com a finalidade de integrar e fortalecer a atuação dos diversos serviços e órgãos responsáveis pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Este processo visa articular esforços entre entidades como o Conselho Tutelar, a de Assistência Social (CRAS). Escolas e outras instituições que atuam na proteção

A formação dessa rede é crucial para garantir que as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade tenham acesso a serviços adequados e interconectados, promovendo um atendimento mais eficaz e abrangente. A colaboração entre os diferentes setores permite uma abordagem integrada, assegurando que as necessidades dos jovens sejam atendidas de maneira integral.

Além disso, a construção de uma rede de proteção em formação possibilita a troca de informações e experiências entre os profissionais envolvidos, promovendo capacitações e o compartilhamento de boas práticas. Esse esforço conjunto é essencial para enfrentar os desafios que surgem na promoção dos direitos e no combate à violência e à negligência

Assim, a rede de proteção de Diamante do Norte, ao se formar, busca melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e fortalecer os vínculos comunitários, garantindo um ambiente mais seguro e acolhedor para todas as crianças e adolescentes do município. A formação dessa rede representa um passo importante na construção de um futuro mais justo e protetivo para os jovens da comunidade

A Rede de Proteção, em fase de formação, ressalta a importância de integral um psicopedagogo à equipe multidisciplinar da proteção especial. A presença desse profissional é considerada crucial para abordar as questões educacionais e emocionais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A inclusão do psicopedagogo possibilitará um acompanhamento mais eficaz, contribuindo para o desenvolvimento integral dos jovens atendidos ao oferecer suporte específico nas áreas de aprendizagem e adaptação social. Além disso, essa integração facilitará a articulação entre os diversos serviços e profissionais envolvidos no cuidado dessas crianças. Essa demanda reflete a busca por uma abordagem mais completa e integrada, capaz de atender às necessidades diversificadas da população assistida, promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor para o seu desenvolvimento.

Em suma, a rede de serviços, programas e benefícios disponíveis no município é essencial para melhorar a qualidade de vida das famílias, mas há uma necessidade urgente de fortalecer esses servicos, promover a integração entre eles e desenvolver ações preventivas e de conscientização para enfrentar os desafios sociais presentes

3. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA/SERVIÇO

O programa de atendimento às crianças e adolescentes em Diamante do Norte visa promover o desenvolvimento integral e a proteção social desta população em situação de vulnerabilidade. A dinâmica de funcionamento é baseada em uma

abordagem integrada, que busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de garantir o acesso a servicos essenciais.

Dinâmica de Funcionamento do Programa/Serviço

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Objetivo: Proporcionar suporte e acolhimento à população em situação de vulnerabilidade, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários Equipe de Trabalho: Composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores e monitores, a equipe é responsável por realizar atendimentos individuais e em grupo, além de promover atividades de orientação e capacitação.

Atividades Desenvolvidas:

- Programa de Atenção Integral à Família (PAIF): Oferece acompanhamento às
- Grupo de Gestantes: Proporciona orientações sobre cuidados gestacionais alimentação saudável e aspectos emocionais da maternidade.
- Oficinas e palestras sobre temas variados, como saúde, educação e direitos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

Objetivo: Adotar uma abordagem preventiva e protetiva defendendo os direitos dos

Equipe de Trabalho: Inclui educadores sociais, artistas, e voluntários, que facilitam as atividades e interagem diretamente com os participantes

Atividades Desenvolvidas

- Atividades lúdicas, culturais e esportivas, como oficinas de arte, dança, teatro
- e esportes • Encontros e dinâmicas que promovem a convivência, a socialização e a construção de relações afetivas positivas.
- Reflexão sobre metas e aspirações, ajudando os jovens a elaborar projetos de vida significativos

Objetivo: Proteger e promover os direitos de crianças e adolescentes, atuando em

Equipe de Trabalho: Formada por conselheiros tutelares, que atuam de forma autônoma e são responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos estabelecidos pelo ECA

Atividades Desenvolvidas

- Acompanhamento de casos e intervenções em situações de risco.
- Promoção de ações de prevenção e orientação junto à comunidade
- Capacitação contínua dos conselheiros para atuação eficaz

Rede de Proteção em Formação

Objetivo: Integrar e fortalecer a articulação entre os serviços e órgãos responsáveis pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes

Dinâmica de Funcionamento: A rede envolve reuniões periódicas entre os profissionais das diversas instituições, permitindo a troca de informações e experiências, além do compartilhamento de boas práticas

- Capacitações conjuntas para os profissionais envolvidos
- Discussões sobre as demandas e necessidades da comunidade, como a identificação da necessidade de um psicopedagogo para atender crianças com dificuldades de aprendizagem
- A dinâmica de funcionamento dos programas e serviços de assistência social em Diamante do Norte é baseada na colaboração e articulação entre diferentes entidades, visando oferecer um atendimento integral e de qualidade à

população. A equipe multidisciplinar se empenha em promover o desenvolvimento social, a inclusão e a cidadania, assegurando que os direitos sociais seiam efetivados e que todos os atendidos possam construir um futuro

4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste programa é composto por crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que residem em Diamante do Norte e estão em situação de vulnerabilidade social. Esta faixa etária é crucial, pois abrange períodos significativos de desenvolvimento e formação de identidade. O programa visa atender aproximadamente 80 crianças e adolescentes, priorizando aqueles que:

Estão expostos a situações de risco, como violência, abuso e negligência

• Enfrentam dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação e lazer Além disso, o público-alvo inclui:

Equipe da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente: Profissionais que atuam na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes,

colaborando diretamente com o programa. Grupo de Gestantes desenvolvido no CRAS: Gestantes que recebem acompanhamento e orientação durante a gravidez, promovendo a saúde materno-

Crianças e Adolescentes que necessitam de atendimentos psicopedagógicos: Jovens que enfrentam dificuldades de aprendizagem e que recebem suporte especializado para ajudar em seu desenvolvimento educacional

Diamante do Norte, com uma população de aproximadamente 5.164 habitantes, apresenta desafios socioeconômicos que impactam diretamente a qualidade de vida das famílias. A alta taxa de desemprego e a limitação de acesso a serviços essenciais tornam a atuação do programa ainda mais relevante

5. OBJETIVOS

Objetivo Geral

· Promover o desenvolvimento integral e a proteção social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Diamante do Norte, garantindo acesso a serviços essenciais e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários

Objetivos Específicos

- · Oferecer atendimento integral a aproximadamente 80 crianças e adolescentes priorizando aqueles em risco social, com foco em suas necessidades de saúde educação e lazer
- Manter e expandir as atividades do grupo de gestantes, oferecendo apoio e orientação durante a gravidez, promovendo a saúde materno-infantil e preparando as gestantes para os desafios da maternidade
- Oferecer atendimentos especializados por uma equipe multidisciplinar incluindo psicopedagogo, psicólogo e assistente social, para crianças que necessitam de acompanhamento específico, conforme necessidades identificadas pela equipe. Essa abordagem visa promover o desenvolvimento emocional, social e educacional das crianças
- Promover treinamentos e capacitações para a equipe da rede de proteção da crianca e do adolescente, assegurando que os profissionais esteiam preparados para identificar e intervir em situações de risco.

6. METAS DE ATENDIMENTO

- Atender no mínimo 10 gestantes do programa "Mães em Harmonia" com a entrega de kits de gestante, contendo itens essenciais para a gestação e os primeiros cuidados com o bebê
- · Atender 80 crianças e adolescentes do Servico de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos
- Realizar passeios culturais para crianças e adolescentes do SCFV.
- Atender crianças e adolescente conforme necessidades identificadas pela equipe multidisciplinar
- Registro de 100% dos atendimentos pelos Conselheiros Tutelares no sistema
- · Promover a formação e atualização dos Conselheiros Tutelares sobre o
- Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA). • Realizar 2 capacitações intersetoriais, com carga horaria minima de 4 horas.
- · Capacitar, no minimo, 50 profissionais de Rede de Proteção à Criança e o Adolescente de Diamante do Norte

7. METODOLOGIA DE TRABALHO

O programa de atendimento às crianças e adolescentes em Diamante do Norte é estruturado para promover o desenvolvimento integral e a proteção social dessa população em situação de vulnerabilidade. A dinâmica de funcionamento é baseada em uma abordagem integrada, que busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de garantir o acesso a servicos essenciais.

No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores e monitores. Eles desenvolvem atividades como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que oferece atendimentos individuais e em grupo, com foco no fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os atendimentos são realizados semanalmente, onde os profissionais identificam as necessidades das famílias e elaboram planos de acompanhamento Além disso, o CRAS promove um Grupo de Gestantes com encontros mensais, onde são abordados cuidados gestacionais, alimentação saudável e aspectos emocio da maternidade, utilizando uma abordagem participativa com dinâmicas e discussões em grupo. Oficinas e palestras sobre temas variados, como saúde, educação e profissionais convidados.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem como objetivo adotar uma abordagem preventiva e protetiva, defendendo os direitos dos usuários e desenvolvendo suas capacidades. A equipe é formada por educadores

sociais, artistas e voluntários que facilitam as atividades. As atividades lúdicas e culturais são realizadas três vezes por semana, incluindo oficinas de arte, dança e teatro, conduzidas por educadores e artistas convidados. Encontros e dinâmicas são promovidos semanalmente, focando na convivência e na construção de relações afetivas positivas, enquanto atividades mensais incentivam os iovens a refletirem sobre suas metas e aspirações, ajudando-os a elaborar projetos de vida significativos

O Conselho Tutelar atua para proteger e promover os direitos de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade. A equipe é composta por conselheiros tutelares que realizam acompanhamento de casos e intervenções em situações de risco, conforme necessário. O Conselho promove ações de prevenção e orientação prevenção de abusos. Para garantir uma atuação eficaz, os conselheiros participam de capacitações contínuas, que ocorrem bimestralmente e abordam temas como legislação e técnicas de mediação.

A Rede de Proteção em Formação busca integrar e fortalecer a articulação ntre os serviços e órgãos responsáveis pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Isso é feito por meio de reuniões periódicas entre os profissionais das diversas instituições, permitindo a troca de informações e experiências, além do compartilhamento de boas práticas. Capacitações conjuntas, abordando temas relevantes para a atuação integrada, enquanto discussões sobre demandas emergentes, como a necessidade de um psicopedagogo, são realizadas em reuniões específicas

As atividades do programa são desenvolvidas de maneira integrada, envolvendo uma equipe multidisciplinar que colabora com a comunidade, visando garantir um atendimento de qualidade e promovendo a proteção social e o desenvolvimento integral da população atendida

8. ATIVIDADES E CRONOGRAMA

		Periodicidade das atividades					
OBJETIVOS	ATIVIDADES	diária	semanal	mensal	única vez		
	Oferecer aulas de balé e karatê, além de atividades esportivas e artísticas, para promover o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas em crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV.		Х				
Oferecer atividades que promovam o desenvolvimento de	Atividades que incentivem a expressão emocional e a comunicação, ajudando os participantes a desenvolver empatia e habilidades interpessoais.			х			
habilidades sociais, emocionais e cognitivas em crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV.	Dinâmicas que promovam o trabalho em equipe, a resolução de conflitos e a criação de vínculos de amizade entre os jovens			Х			
	Promover eventos e atividades que envolvam as famílias, fortalecendo os laços familiares e o apoio mútuo.				Х		
	Promover passeios culturais para crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).				Х		
Equipar os serviços do SCFV com materiais de consumo e equipamentos adequados para criar um ambiente mais seguro e estimulante para as crianças.	Adquirir materiais de informática, eletrodomésticos, utensilios de cozinha, equipamentos audiovisuais e mobiliário para criar um ambiente funcional e acolhedor no SCFV.				X		
•	Realizar os registros do SIPIA.	Х					
Adquirir equipamentos de informática e audiovisuais para o Conselho Tutelar	Adquirir impressoras, computadores e caixas de som para o Conselho Tutelar, visando melhorar a eficiência dos serviços e a comunicação interna e externa.				Х		
Promover a formação e atualização dos Conselheiros Tutelares sobre o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA)	Organizar cursos presenciais ou online, abordando aspectos práticos e teóricos do SIPIA, incluindo registro de casos e utilização da plataforma				x		
Qualificar os profissionais que	Reunião para organização do cronograma das capacitações e definição dos temas.			Х			
compões a Rede de Proteção à Criança e ao	Reunião para Organização do cronograma das capacitações e definição dos temas.			X			

Desenvolver e distribuir manuais de procedimentos padrão que orientem os profissionais em suas ações, garantindo uniformidade e qualidade no atendimente. Diamante do Norte, sando o fortalecimen às situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social, e Criar um mecanismo de avaliação das formações e ncia contra crianças atuação intersetorial e na resposta às situações de Contratar profissionais qualificados para realizar avaliações psicopedagógicas e intervençõe Realizar reuniões regulares para avaliar e identifica incluindo psicopedagogo, Desenvolver um plano de atendimento individualizado para cada criança, definindo profissional da equipe Realizar encontros periódicos da equipe multidisciplinar para discutir o progresso das crianças, ajustar estratégias e compartilhar experiências. entificadas pela equipe Promover a saúde de Atender no mínimo 10 gestantes do prograr 'Gestar com Cuidado' com a entrega de kits gestante, contendo itens essenciais para a gestaç e os primeiros cuidados com o bebê. saudável do grupo de gestantes do CRAS

9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE

A avaliação da execução do plano de trabalho será realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Diamante do Norte, que desempenhará um papel fundamental na supervisão e acompanhamento das iniciativas propostas. Essa avaliação será coordenada pela Secretaria de Assistência Social, utilizando a expertise da equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da equipe do Servico de Convivência e Fortalecimento

O processo de avaliação ocorrerá semestralmente, permitindo um acompanhamento regular e sistemático das atividades implementadas. Após cada progresso do Plano de Trabalho, onde serão analisados os resultados alcançados, os

desafios enfrentados e as oportunidades de melhoria. Essa abordagem colaborativa garantirá que todos os envolvidos, incluindo a equipe do SCFV, tenham a chance de contribuir com insights e sugestões, promovendo um ambiente de transparência e responsabilidade na execução das ações voltadas para o bem-estar das crianças e

Nome do Técnico responsável pela	
elaboração do projeto	Andreza da Silva Pariz
Telefone	(44) 99165-0083
E-mail	anspariz@yahoo.com.br
Formação / Registro no Conselho	
	CRESS-PR 6140

Diamante do Norte - PR, 23 de maio de 2025.

ELIEL DOS
Assinado digiliatrante por ELIEL DOS
SANTOS CONTEA da tradecidad
da Recistar e desar do Dress - RPE ACO, do-CORREA:030 CORRE Eliel dos Santos Corrêa



Grazielle Cano de Oliveira Corrêa Secretaria Municipal de Assistencia

■ TELEFONES ÚTEIS

Disk-Denúncia 181 Narcodenúncia 190 Polícia Militar 194 Polícia Federal Polícia Rodoviária Federal (Alto Paraná) 41 3535-2175 193 Corpo de Bombeiros 192 SAMU 156 Ouvidoria Municipal 0800 510 0116 Copel 115 Sanepar 3902-1055 Procon/Paranavaí 3421-1550 Delegacia 3421-2500 Fórum 3423-7706 **UPA** 3422-5105 UBS Centro (Covid-19) 3421-2300 Prefeitura 3421-8300 Santa Casa de Paranavaí 3422-7746 IML 3421-4050 Diário do Noroeste

DIARIO DO NOROESTE

Guarda Municipal

153 ou **3423-2455**

